

REVISTA BRASILEIRA DE

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E GOVERNAMENTAIS



Edição 2 - Fevereiro 2017 | Ano 1

Lobbying the regulation of lobbying

Todd Webster, da Cornerstone Government Affairs, comenta sua visita ao Brasil e os esforços para regulamentação do lobby no país.

Entrevista Rodrigo Ramirez:

Diretor da Llorente Y Cuenca no Chile fala sobre o mercado e a legislação do lobby naquele país.

A DEFESA DE INTERESSES COMO FERRAMENTA DE LEGITIMAÇÃO DEMOCRÁTICA

Nivaldo Ferreira, analista legislativo da Câmara dos Deputados, fala sobre democracia contemporânea e Relações Governamentais. > Pág. 16



EDITORIAL

PREZADOS LEITORES,

A publicação impressa da Revista Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais é a evolução natural desse importante canal de comunicação com os profissionais que exercem a atividade, autoridades públicas, empresas, mídia e principalmente com a sociedade.

Ela só é possível graças ao trabalho do Conselho Editorial, da parceria com o IEL/CNI e dos patrocinadores, dos quais gostaria de destacar o Itaú. Pessoas, empresas e entidades que entendem a importância que a relação da sociedade com o Estado se dê sempre de forma ética, transparente e profissional.

O ano de 2016 foi de grande avanço para a atividade e também para nossa entidade, tanto assim que crescemos 290% o número de associados adimplentes e mais de 500% o número de empresas parceiras. Revista, biblioteca virtual, novo escritório, cursos, palestras, seminários, instalação do Conselho Superior, encontro com autoridades... foram atividades que fizeram com que a Abrig crescesse e fosse percebida como importante elo de união, capacitação e representação.

Aguardam-se para 2017 importantes medidas para a categoria e para a atividade: o reconhecimento oficial, por parte do Ministério do Trabalho e Emprego, dos profissionais de RIG – Relações Institucionais e Governamentais; a edição de Portaria, por parte do Ministério da Transparência, definindo como deve se dar a atividade no Poder Executivo e o avanço das propostas legislativas que tramitam no Congresso Nacional, em especial o PL 1202/07 que foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados.

A Abrig novamente fará sua parte expandindo sua representação, promovendo novos cursos e seminários, desenvolvendo as diretorias regionais, ampliando o número de associados, firmando novas parcerias com instituições reconhecidas, fortalecendo os meios de comunicação, em especial com o lançamento da TV Abrig.

Estamos nos consolidando graças à qualidade dos nossos associados. Venha fazer parte desse time! Juntos somos mais fortes.

Guilherme Cunha Costa
Presidente da Abrig



Expediente

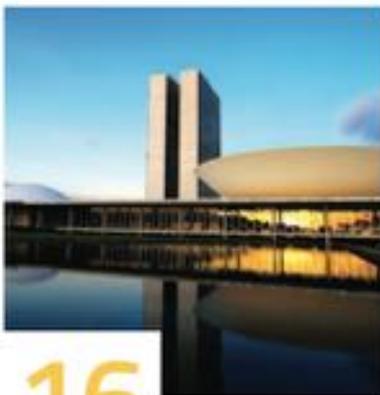
A Revista Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais é uma publicação quadrimestral.
Presidente: Guilherme Cunha Costa. Conselho editorial: Caio Leonardo Bessa Rodrigues, Eduardo Fayet, Eduardo Ribeiro Galvão, Elisa Diniz, Pablo Sejano Madruga, Rodrigo Navarro.
Superintendente do IEL Nacional: Paulo Mol Junior.
Diagramação e Arte: Eassee Propaganda.

REVISTA BRASILEIRA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E GOVERNAMENTAIS



11

Entrevista com Rodrigo Ramirez, diretor de Llorete & Cuenca, premiada consultoria chilena de comunicação e assuntos públicos, para entender a regulamentação do lobby no Chile.



16

Artigo Especial Nivaldo Adão Ferreira Júnior fala sobre a defesa de interesses como ferramenta de legitimação democrática.



22

Coluna David Rehr - Educating legislators through your website.

26

Artigo I Guilherme Costa - De férias, trabalhando em washington.

30

Artigo II Todd Webster - Lobbying the regulation of lobbying.

32

Artigo III Denilde Oliveira Holzacker e Diego Bonaldo Coelho - As ações políticas corporativas na agenda governamental de negócios internacionais: um panorama brasileiro.



36

Artigo IV Cezar C. Roedel - Risco político.

40

Artigo IV Márcio Coimbra - Lobby e Democracia.

42

Artigo VI Danilo Oliveira e Ivan Ervolino - Estratégias políticas baseadas em dados: uma proposta para aumento da eficácia nas negociações.



45

Infográficos Efeito da regulamentação nos EUA.



46

Estudo de Caso Relações governamentais são caminho para competitividade das empresas - o caso da Avon.

52

Eventos Acompanhe os eventos, cursos e atividades desenvolvidas pela Abrig.



Os comitês coordenam e executam atividades de assessoramento técnico à Diretoria, promovem estudos e debates e propõem ações que contribuam para o fortalecimento da atividade profissional de Relações Institucionais e Governamentais. São 5 ao total e sua composição é alterada a cada 6 meses.

COMITÊ DE COMUNICAÇÃO

O comitê de comunicação da Abrig tem como objetivo promover a comunicação interna e externa da entidade. Nós gerenciamos o site e as contas do Facebook, LinkedIn e Twitter. Além disso, estamos trabalhando agora para padronizar algumas das peças de comunicação, como os convites que todos recebem para Happy Hours, Mesas de Debate, Encontro com Autoridades etc. Aos poucos pretendemos melhorar também alguns processos como o de boas vindas a novos associados, apresentação institucional da entidade etc.

Nosso objetivo é buscar profissionalizar a comunicação, fazendo com que as informações sobre a entidade cheguem aos associados. Também damos suporte na divulgação das ações, aumentando a visibilidade da entidade e, com isso,

gerando maior interesse para futuros associados. E pretendemos, ainda, melhorar os processos de interface da Associação com jornalistas, um tema que tem ficado cada dia mais intenso com tantas discussões e iniciativas a respeito da regulamentação da atividade.

Não é uma atividade fácil e temos ciência que não conseguiremos esgotar todas as demandas dos associados ou mesmo da sociedade no curto prazo. Isso seria um trabalho em tempo integral! Mas nossa equipe conta com pessoas engajadas e algumas com formação especializada na área.

Nosso time de comunicadores é composto por: Elisa Diniz, Lucas Veiga, Manoela Onofrio, Marcelo Tognozzi, Monica Maranhão, Paulo Petitinga e Renato Roll.

Agora, é importante deixar claro que nem todos os processos de comunicação precisam necessariamente passar pelo comitê. Com as novas tecnologias de informação, esses processos são cada vez mais difusos e multidirecionais, e um número crescente de pessoas interage a todo momento. Mesmo sendo mais complexo, esse processo enriquece a comunicação institucional e privilegia o relacionamento entre as pessoas!

Sabemos que nossa atuação está muito relacionada à percepção que cada associado tem da entidade. Então, se você tem alguma sugestão, comentário ou elogio, mande uma mensagem para a gente: comunica@abrig.com.br



COMITÊ DE CAPACITAÇÃO E DE RELAÇÕES COM O MERCADO

Em 2016 o Comitê de Capacitação e de Relações com o Mercado conseguiu tornar realidade projetos importantes para a entidade.

- Lançamento da Revista Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais, primeiro periódico no mundo dedicado ao tema;
- Realização de quatro cursos rápidos: Rito do Impeachment; Como Influenciar no Processo Legislativo; Análise de Risco Político; e Relações Governamentais Estratégicas;
- Criação da Biblioteca Digital Abrig, primeiro acervo dedicado à comunidade de Relações Institucionais e Governamentais;
- Encontros de integração com UFMG, Cefor, ESPM, Católica, Ibmec e FGV;
- Convênio de capacitação com o Cefor - Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados para concessão de bolsas integrais para especialização e mestrado a associados da Abrig;

- Apoio à elaboração de um livro sobre a atividade de Relações Governamentais e a relação com os investimentos no Brasil nos últimos 20 anos, com prefácio do senador Armando Monteiro.

O grupo foi coordenado pelo vice-presidente Eduardo Galvão e contou com o trabalho fundamental de Lucas Veiga, Rodrigo Navarro, Miguel Jerônimo, Bernhard Smid, Leila Paiva, Ivonice Campos, Juliana Kirmse, Publio Madruga, Tulio Marques, Caio Leonardo e Benício Zinatto.

COMITÊ DE REGULAMENTAÇÃO, COMPLIANCE E BOAS PRÁTICAS

O Comitê de Regulamentação, Compliance e Boas Práticas da Abrig foi criado com a missão de desenvolver estudos e delinear estratégias sobre a regulamentação da atividade de relações governamentais, bem como primar e promover boas práticas de ética e compliance aplicadas à profissão.

A partir desses objetivos, o Comitê desenvolve diversos projetos, tais como: acompanhamento, análise e definição de estratégias sobre as propostas de regulamentação da atividade (projetos de lei, projetos de resolução e propostas de emenda à constituição), revisão do código de conduta da Abrig, levantamento de legislações aplicadas às relações governamentais e divulgação aos associados, realização de eventos sobre compliance e regulamentação e a elaboração de uma cartilha resumida e objetiva do Código de Conduta, estabelecendo uma área de FAQs, experiências, cases e exemplos no site institucional da entidade. Cabe destacar também o projeto desenvolvido para a inclusão da atividade de Relações Institucionais

e Governamentais na Classificação Brasileira de Ocupações. A Abrig prevê que a inserção deve ser oficializada em fevereiro de 2017, trazendo uma grande conquista para o fortalecimento da atividade.

O Comitê foi coordenado por François Xavier e contou com os trabalhos de Andrea Gozetto, Angela Rehem, Bruno Ambrosio, Eduardo Galvão, Lucas Brandão, Miguel Gerônimo e Vitor Pedroza.

COMITÊ DE ADMISSÃO E EXPANSÃO ASSOCIATIVA

O Comitê tem por missão analisar novos pedidos de filiações à Abrig, bem como definir e executar estratégias para a ampliação da base associativa da entidade.

Em 2016 o comitê trabalhou na avaliação de diversos pedidos de associação à entidade, analisando com zelo as propostas enviadas pelos novos associados. Também trabalhou na elaboração e diversificação do Clube de Vantagens, que concede benefícios exclusivos aos associados por meio de parcerias com lojas e fornecedores.

Os trabalhos foram coordenados por Murillo Laranjeira com apoio de André Miranda e Mauro Falsetti.

COMITÊ DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

O Comitê de Assuntos Institucionais tem por objetivo promover o debate em torno de assuntos institucionais e setoriais do país, como energia, transporte, infraestrutura, dentre outros. Também promove encontros, reuniões e eventos para integração dos associados.

O comitê foi coordenado no segundo semestre de 2016 pelo associado Antônio Marcos Umbelino Lôbo e contou com os trabalhos dos associados Ivonice Campos, Hélio Mascarenhas, Marcos Lima, Tatiana Porto e Sylvo Andrade. ■



VOCÊ ACREDITA EM ÉTICA
E TRANSPARÊNCIA ENTRE
O PÚBLICO E O PRIVADO?
**ENTÃO VOCÊ TEM
QUE NOS CONHECER.**

A Abrig, a Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais, é formada por profissionais, associações, entidades e empresas interessadas na participação social, nas discussões de políticas públicas de forma Ética e Transparente. Se você acredita nesses valores, venha conosco, pois juntos somos mais fortes.



ÉTICA E
TRANSPARÊNCIA

Faça parte da Abrig.
Associe-se em
www.abrig.org.br



Abrig
Associação Brasileira de
Relações Institucionais
e Governamentais



PRATELEIRA

Livro: Fundamentos de Relações Governamentais
Autor: Eduardo Ribeiro Galvão
Editora: Clube de Autores

Destinado a profissionais e acadêmicos que desejam compreender as Relações Governamentais, o livro traz o que realmente importa saber, iniciando com uma viagem histórica que mostra como se desenvolveu a atividade no Brasil, suas bases constitucionais e sua relação com a formação econômica do país. São trazidos ainda conceitos e teorias contemporâneas sobre o complexo sistema de representação e defesa de interesses, bem como os modelos institucionais existentes no Brasil e uma análise da capacidade de influência dos grupos de pressão. Por fim, aborda toda a regulamentação nacional existente sobre a atividade e questões de ética e compliance.

Disponível no Clube de Autores (www.clubedeautores.com.br).

Livro: Relações Governamentais Estratégicas. 2ª Edição - Versão Ampliada
Autor: Rodrigo Navarro
Editora: Clube de Autores

O novo livro do Prof. Rodrigo Navarro, Diretor da ABRIG e Coordenador do MBA RelGov da FGV, traz conceitos, modelos e ferramentas tradicionalmente utilizados no campo da Estratégia Empresarial adaptados e complementados para uso específico em RelGov, além de recomendações de melhores práticas para o bom desempenho nessa atividade. Esta 2ª Edição, com mais de 320 páginas nas versões impressa e ebook, reúne ainda mais conteúdo relevante para estudiosos e praticantes da complexa atividade de RelGov, com os Capítulos da Edição anterior revisados e ampliados, além de contar com novos estudos de casos baseados em estratégias e práticas de excelência na área em múltiplos setores.

Disponível no Clube de Autores (www.clubedeautores.com.br).

Livro: Curso de Regimento Interno
Autores: André Corrêa de Sá Carneiro, Luiz Cláudio Alves dos Santos e Miguel Gerônimo da Nóbrega Netto
Editora: Câmara dos Deputados

Com grande experiência nos procedimentos e rotinas da Câmara dos Deputados, os autores expõem, com linguagem clara e objetiva, comentários atualizados sobre todos os dispositivos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, em face da doutrina e das decisões de tribunais. O livro destina-se a parlamentares e servidores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, profissionais de relações institucionais e governamentais e pessoas que trabalham ou pretendem atuar na área de processo legislativo, pesquisadores e estudantes. ■

3º Seminário **ABRIG**

Ética e Transparência nas Relações
entre o Público e o Privado



Abrig

Associação Brasileira de
Relações Institucionais
e Governamentais

16/03/2017,
São Paulo-SP
**Proposta de
patrocínio**

**ÉTICA E
TRANSPARÊNCIA
NAS RELAÇÕES
ENTRE PÚBLICO
E PRIVADO**

Associados da Abrig estão sujeitos a processo de admissão,
Código de Conduta e Conselho de Ética.

Disponemos de canais de dúvidas e de denúncias.

Conheça nosso sistema de compliance!
www.abrig.org.br

DOMINIUM – UM PASSO A FRENTE

A defesa legítima de interesses vem sofrendo transformação em vários países. E no Brasil não é diferente. Regras de compliance, transparência, velocidade da informação, redes sociais, envolvimento da sociedade, tudo isso afeta diretamente o cotidiano dos governos, das empresas e das pessoas.

A Dominium Consultoria nasceu comprometida com essa nova realidade. Entendemos que a defesa de interesse depende de capacitação técnica, conhecimento, informação, tecnologia e, principalmente, estratégia.

Nesse contexto, a Dominium atende, desde 2004, empresas, associações, sindicatos, entidades de classe e representações industriais. O trabalho é sempre pautado por rigorosas regras de compliance e respeito às leis vigentes.

Entendemos que um país sem relações institucionais e governamentais sólidas e transparentes ainda não está consolidado democraticamente. Nós acreditamos no nosso trabalho e no Brasil!

Façam-nos uma visita, queremos conhecê-lo! ✦



Nossas associadas primam pela ética e transparência nas Relações Institucionais e Governamentais.

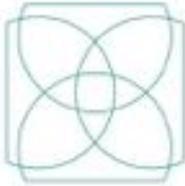


Revista Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais



RODRIGO RAMIREZ

Revista Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais



ENTREVISTA

Rodrigo Ramirez

A Abrig entrevistou o diretor de Llorete & Cuenca, premiada consultoria chilena de comunicação e assuntos públicos, para entender a regulamentação do lobby no Chile.

ABRIG: ¿Cómo es el mercado de lobby en Chile? ¿La actividad se lleva a cabo por consultores y oficinas de abogados? ¿Qué diferencias hay?

Rodrigo Ramirez: La gestión de intereses se ha realizado en Chile ya sea por personas naturales como por empresas. Por lo general las personas naturales que participan de la actividad, han sido ex ministros, políticos o ex Asesores de Gobierno, quienes llevan más de 30 años en las lides políticas. Por otra parte, las empresas son conformadas por ex políticos, Consultoras de Comunicación Corporativa y Asuntos Públicos, además de los algunos Estudios de Abogados.

A partir de la nueva Ley de Lobby, las empresas (productivas y de servicios) han fortalecido sus departamentos de Asuntos Corporativos y Regulatorios, dado que el acceso a las autoridades hoy es una realidad posible tanto para personas como para empresas.

Más allá del Lobby tradicional, hoy nos enfrentamos a un fenómeno donde los canales de comunicación se han diversificado, es por esto que las redes sociales han sido determinantes en la difusión de ideas, contenidos y opiniones de personas y grupos que tradicionalmente no habían interactuado, tales como organizaciones sociales, de consumidores e incluso actores del Poder Judicial (Fiscales Públicos), quienes han utilizado estas plataformas para crear un ambiente propicio para sus causas, muchas de las cuales han logrado éxito. >

ABRIG: ¿Hay iniciativas académicas de formación?

Rodrigo Ramírez: Sí, además de la carrera de Ciencias Políticas, que imparten la mayoría de las Universidades en Chile, hay programas de Posgrado que dentro de sus mallas curriculares tienen módulos de Lobby y claves de la política chilena. Además, las redes sociales también encuentran cabida en estos cursos, dada su validez como un canal de comunicación y de influencia.

ABRIG: En general, ¿Cómo es la regulación sobre el lobby?

Rodrigo Ramírez: Lobby en Chile se define como la realización de gestiones pagadas que hacen personas o entidades, para promover, defender o representar un interés particular o influir en las decisiones que deban adoptar autoridades y funcionarios públicos.

En este sentido un lobbista es la persona natural o jurídica, que de forma remunerada ejerce el lobby para lograr

posicionar su interés particular. Si la persona o institución no recibe un pago de por medio, se le llama gestor de intereses particulares, sean éstos individuales o colectivos. A ambos actores se les llama sujetos activos, ya que son quienes realizan el lobby.

Se denomina sujetos pasivos a quienes reciben lobby, es decir, a quienes toman las decisiones mediante el ejercicio de sus cargos públicos (senadores, diputados, alcaldes, asesores legislativos, fiscales, consejeros, entre otros). Una de las iniciativas de esta nueva ley es el Registro Público de Lobbistas y de gestores de intereses particulares. Este es un documento que debe tener cada órgano e institución, incorporando a las personas naturales o jurídicas, que desempeñen las actividades de lobby.

Quiénes ejercen lobby deben inscribirse o quedarán automáticamente inscritos en cuanto realicen una actividad de lobby ante una autoridad o funcionario. Una característica particular de la regulación chilena es que

Nós mudamos nossa identidade visual, ampliamos o número de consultores e inauguramos duas novas áreas técnicas.

A única coisa que não mudou foi a nossa convicção de que o trabalho especializado é a melhor maneira de alcançar resultados.

Usamos a customização e o conhecimento técnico como estratégia de negócio e como resultado criamos pontes entre a sua empresa e onde ela quer chegar.

Se ainda precisar de mais motivos para trabalhar conosco, essa é a hora de nos chamar.

CONSULTORIA EM

Comércio
Internacional

Assuntos
Regulatórios

Relações
Governamentais

Relações
Públicas

Assessoria
Tributária

WWW.BARRALMJORGE.COM.BR



**BARRAL
MJORGE**
CONSULTORES ASSOCIADOS

Brasília
SBS - Q2 25 - C/12 - Casa 25
Lago Sul, Brasília - DF - F: 660-320
Tel.: (55) 61 3423-2100

São Paulo
Av. Paul. JK, 905 - Bander
São Paulo - SP - 04543-001
Tel.: (55) 11 2004-6600

“Una característica particular de la regulación chilena es que aquellos identificados como gestores de intereses, lobistas profesionales y abogados, son considerados como lobistas en su totalidad”



aquellos identificados como gestores de intereses, lobistas profesionales y abogados, son considerados como lobistas en su totalidad, ya que si bien la ley genera distinción entre los dos actores: lobbistas y gestores de interés, no se distancian ni diferencian en sus obligaciones ante la ley.

Los puntos más importantes a destacar de esta regulación es la creación de registros públicos de agenda, la definición de los sujetos pasivos de lobby, la creación de múltiples registros públicos, la creación de un registro semestral consolidado, registro de agenda, registro de donaciones/regalos y viajes y un sistema de sanciones que recae sobre el jefe de servicio respectivo.

ABRIG: ¿Qué cambios se han producido en el trabajo de los profesionales después de la regulación?

Rodrigo Ramirez: Después de la regulación, quienes realizan el lobby deben y tienen la obligación de transparentar toda actividad al momento de realizar sus solicitudes, lo cual representa un avance en la búsqueda de la transparencia e independencia legislativa para contribuir a generar confianza en los ciudadanos.

ABRIG: ¿Cuáles son los efectos reguladores sobre el día de su actividad? ¿Hubo nuevas obligaciones para las cuales impactaron o implican costes a su trabajo habitual? ¿De alguna manera el trabajo de los profesionales fue facilitado por las reglas?

Rodrigo Ramirez: En la práctica, cada autoridad debe acceder a una reunión solicitada a través de un portal de Lobby. A través de esta herramienta define su agenda. En términos administrativos, es un trámite simple que debe realizar el gestor de intereses. Cuando se realiza la reunión la autoridad firma un acta sobre la temática de la reunión y quienes fueron los asistentes.

A pesar de los reparos que pueden tener cada uno de los actores, todos concuerdan en que una ley de esta magnitud era necesaria. Es un beneficio y un avance desde el punto de vista democrático y estimula un sistema cada vez más transparente.

ABRIG: ¿La regulación ha mejorado la relación entre los profesionales (y los grupos que representan) con funcionarios públicos?

Rodrigo Ramirez: Con esta nueva ley y su regulación se logrará no solo el control eficaz del tráfico de influencias, sino evitar y prevenir los conflictos de interés en los ámbitos de la política, el sector público, privado y entre ellos.

ABRIG: ¿Se puede decir que hubo ganancias de participación social, acceso y transparencia? ¿Cómo lo era antes y cómo era después de la regulación? >

Rodrigo Ramirez: Sí, hubo ganancias de participación social, acceso y transparencia. A diciembre de 2015 se había registrado casi 21 mil audiencias según datos de la Ley de Lobby. Hoy, con esta ley, también se informan los donativos y regalos que reciben los legisladores por parte de los lobistas.

En cuanto a la transparencia, ahora se sabe cuáles fueron los temas y proyectos que captaron la atención de los lobistas.

ABRIG: ¿Qué piensan sus colegas sobre la regulación de la actividad?

Rodrigo Ramirez: Existe una nueva generación que entiende el lobby como una actividad transparente, que tiene más que ver con estrategias, el conocimiento de un lenguaje público y la manera de influir en las decisiones de la autoridad, producto de una acertada planificación, más que por amistad o por haber sido colega de trabajo con una autoridad de turno. Si bien el relacionamiento y el generar puentes entre diversos sectores es esencial, la adecuada planificación de la gestión de intereses, es la base de esta actividad.

ABRIG: ¿Cómo funciona el registro público de los grupos de presión? ¿Quién es el organismo responsable? ¿Cómo proporcionan la información?

Rodrigo Ramirez: El Registro Público de Lobistas y de gestores de intereses particulares es un documento que debe tener cada órgano o institución para incorporar a las personas (naturales o jurídicas) que desempeñen las actividades de lobby. Quienes ejercen lobby deben inscribirse o quedaran automáticamente inscritos apenas realicen una actividad de lobby frente a una autoridad o funcionario. El Consejo para la Transparencia es el organismo que se encarga de velar por el cumplimiento de la ley. Tanto los actores pasivos (autoridades públicas) como los sujetos activos (quienes realizan el lobby) tiene la obligación de llevar registro de las audiencias, con el fin de transparentar sus actividades.

ABRIG: A medida que se realiza el registro de agenda pública, ¿Este registro es eficaz? ¿Cuál fue el efecto para las actividades de las autoridades y los grupos de presión? ¿Esto de alguna manera representa un costo? En su opinión, ¿Reduce el acceso de los grupos a los que toman las decisiones?

Rodrigo Ramirez: El registro es eficaz ya que tienen la obligación de llevar una agenda de audiencias y se exponen a fuertes sanciones. Lo relevante para la ciudadanía es transparentar qué empresas están pagando para influir en las decisiones públicas y con qué fin. La efectividad de la ley estará en la facilidad con que se den a conocer las empresas que están contratando lobistas y las materias sobre las cuales están haciendo lobby. Así se podrá juzgar si las decisiones se tomaron conforme al interés general u otros intereses.

ABRIG: ¿El público tiene una mejor comprensión de la actividad regulada después de la regulación?

Rodrigo Ramirez: Si bien se han hecho esfuerzos por difundir esta nueva forma de regular la gestión de intereses, la ciudadanía siempre tiene a mano la palabra Lobby para darle connotación negativa a situaciones que muchas veces obedecen a procesos transparentes de negociación e influencia. Mientras la gente no pruebe o no conozca el mecanismo, se generará incompreensión. Es por esto que estamos lanzando en Chile el Foro por la Transparencia, iniciativa que LLORENTE & CUENCA junto a otras empresas del rubro han creado esta instancia, no sólo para crear y perfeccionar las leyes, sino que para que el ciudadano común y corriente pueda saber y eventualmente, pueda influir sobre situaciones que les afecten.

ABRIG: ¿La ley de Chile puede mejorar? ¿De qué manera?

Rodrigo Ramirez: Si bien la ley es calificada como un buen primer paso al contribuir a la transparencia, no tiene un enforcement tan exhaustivo como en otros países. Por ello, el endurecimiento de las sanciones puede ser un tema a abordar.

Por otra parte, más que hacer foco en las agendas de reuniones, la Ley debiera velar por la transparencia de reuniones y procesos entre empresa, gremio o interés-lobbista, donde la autoridad pública está al final del proceso. Con ello se podrá juzgar si las decisiones se tomaron conforme al interés general, o fueron fruto de la captura de ciertos intereses.

Esto y una sostenida campaña de información dirigida a todos los niveles de la ciudadanía, facilitarán al entendimiento de esta disciplina. ✖

AQUI VOCÊ TEM MUITO MAIS VALOR.

Há 16 anos, o IEL oferece cursos exclusivos, criados a partir de uma análise das necessidades do mercado e que você só vai encontrar aqui. São cursos para executivos que procuram estar sempre atualizados e desejam potencializar sua gestão e sua empresa. Além de todo o conteúdo de qualidade e parcerias com grandes escolas internacionais, o IEL também oferece a oportunidade de estar em contato com os grandes líderes do mercado. Venha para o IEL e valorize-se ainda mais.

**EDUCAÇÃO EXECUTIVA IEL. A GENTE DESENVOLVE VOCÊ.
VOCÊ DESENVOLVE O PAÍS.**

VENHA FAZER OS CURSOS DO IEL.

- Compliance e Eficiência Empresarial
- Relações Governamentais na Estratégia Corporativa
- Fusões e Aquisições

Inscreva-se: www.iel.org.br/eduexecutiva

Use o QR code
para mais
informações.



Iniciativa da CNI - Confederação
Nacional da Indústria

LOBBY E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA:

A DEFESA DE INTERESSES COMO FERRAMENTA DE LEGITIMAÇÃO DEMOCRÁTICA

Nivaldo Adão Ferreira Júnior¹

1. INTRODUÇÃO

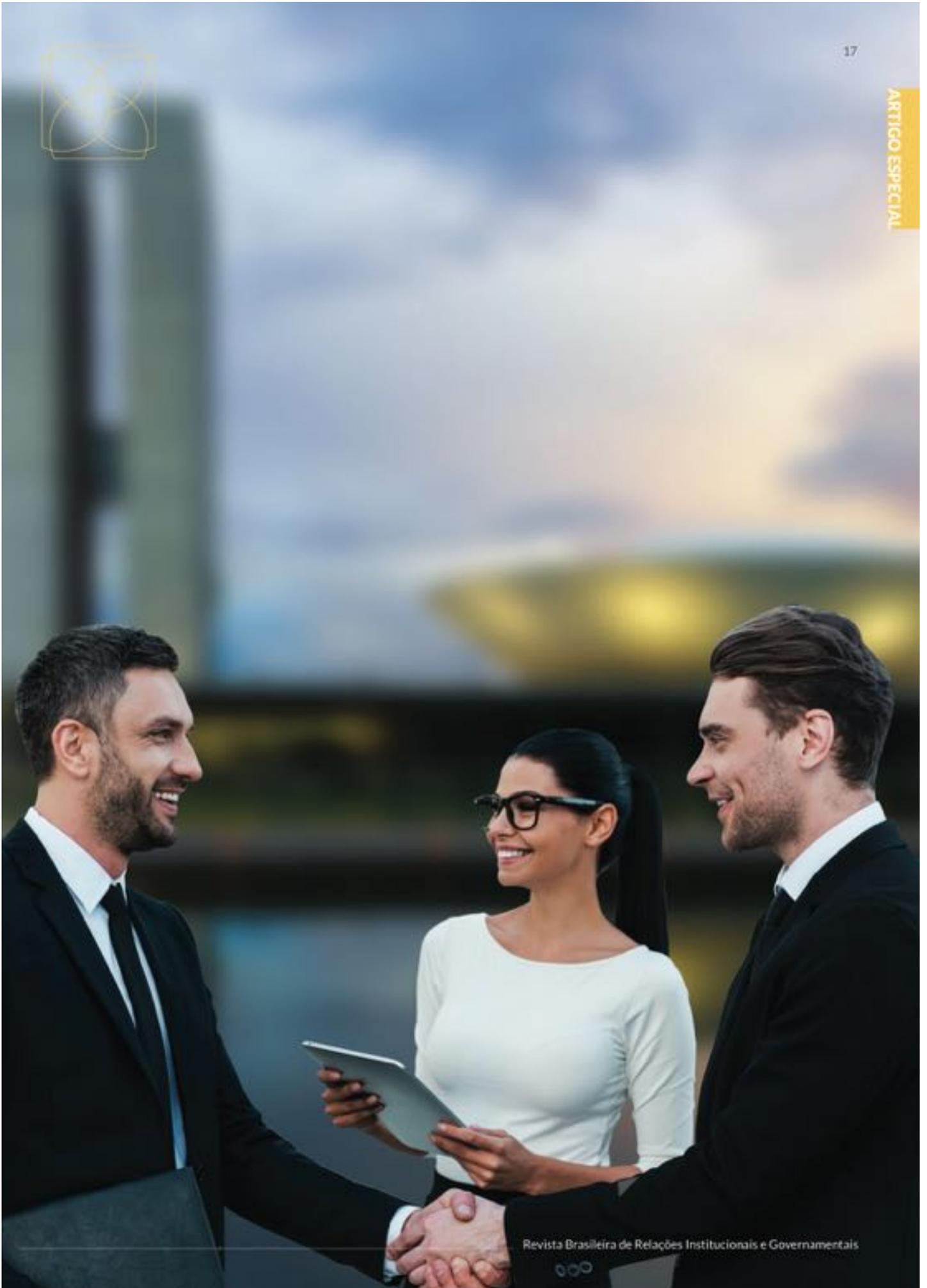
Vivemos em um momento de descrédito da capacidade de os atores políticos eleitos conseguirem desempenhar o papel de representantes dos anseios da população e de gestores da coisa pública. Seguidas operações policiais para apurar delitos cujos praticantes são agentes públicos (identificadas por codinomes como Mensalão, Sanguessuga, Lava Jato, Zelotes, etc) desembocaram em numerosos processos judiciais e em condenações ou suspeição das principais autoridades políticas do país. Essas operações foram entremeadas por movimentos populares expressivos de contestação do *status quo*, a exemplo, as Jornadas de Junho de 2013 e as mobilizações pró e contra impeachment. No olho de toda essa situação, uma classe profissional foi enredada pela mídia e indevidamente identificada como sinônimo de ações espúrias, antirrepublicanas e ilegais. Trata-se dos lobistas e da atividade de lobby.

A cobertura pela mídia das operações citadas e dos atores nelas envolvidos repetidamente se utiliza da palavra lobby como sinônimo ou eufemismo para ações ilícitas como corrupção e tráfico de influência, evasão de divisas, falsidade ideológica. Da mesma forma, a mídia identifica como lobistas pessoas que em verdade são empresários, advogados, prestadores de serviços, executivos ou

prepostos de empresas, enfim, um infinito rol de atividades laborais e atores que fazem de tudo, menos lobby. A situação faz com que os profissionais da área receiem em se identificar como lobistas. Como saída, ganham força a defesa da aprovação de leis para regulamentar a atividade e distanciam-na da associação com atividades ilegais ou a adoção de outros nomes ainda não contaminados pelos veículos de comunicação.

Acreditamos que a adoção de outro designativo para a atividade pode ser ação efetiva se acompanhada de estratégias para valorização e distinção do campo e de seus profissionais. Quanto à regulamentação, em outro texto, defendemos que a legitimidade da atividade de lobby decorre diretamente de preceitos constitucionais, logo, não seriam necessárias leis regulamentadoras autorizativas para o lobby. Contudo, talvez por essa confusão (intencional?) que alguns veículos midiáticos fazem entre corrupção (em sentido lato) e lobby, é que a regulamentação da atividade de defesa profissional de interesses se coloque como providencial (Ferreira Júnior e Nogueira, 2016).

¹ Analista Legislativo da Câmara dos Deputados, com atuação em Lideranças Partidárias desde 2001. Pesquisador e Professor dos programas de pós-graduação do Cefor/Câmara e de pós-graduação em Ciência Política da Uplis/DF. Advogado. Possui três anos e meio de experiência em Relações Governamentais.



Porém, após mais de duas décadas de propostas e discussão de possível lei regulamentadora no Congresso Nacional sem se lograr aprovação (Santos e Cunha, 2015), somos forçados a admitir que é possível que não se tenha ou não se deseje para agora leis que delimitem – ou que aprisionem – o atuar dos atores que promovem profissionalmente a defesa de interesses. Sendo esse o cenário, cabe aos veículos formadores de opinião, como a Revista Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais, trazer ao debate questões relativas à temática como, por exemplo, função, legitimidade, limites e possibilidades da atividade de lobby. Nesse contexto, o presente artigo pretende contribuir para esse objetivo ao apresentar a correlação existente entre a ação da defesa de interesses e a democracia, colocando o lobby como fonte de fortalecimento e legitimidade do modelo de democracia desejado contemporaneamente.

2. A DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA

O termo democracia é polissêmico, sendo utilizado para definir uma infinidade de modelos e regimes de governos, em distintos contextos históricos, que não guardam mais do que o nome como semelhança. Todavia, é possível se fazer um corte e delimitarmos o lugar em que se encontra o modelo de democracia adotado no Brasil. Segundo Erick Hobsbawn (2009), o que se conhece por mundo

contemporâneo acontece após a Revolução Francesa. Seguindo esse norte e tendo-se em mente que o lugar do qual falamos se encontra dentro do pensamento ocidental, tem-se que as principais ideias democráticas contemporâneas surgiram no contexto revolucionário do final século XVIII e início do Século XIX e se cristalizaram a partir do embate de preceitos das correntes liberais, democráticas e socialistas (Rémond, 1997). Esse período é o nascedouro de ideias e conceitos até hoje debatidos e disputados, como direitos e liberdades individuais, representação e governo representativo, a democracia e seus limites.

Desse período, ainda, é a afirmação de que a defesa de interesses é primado democrático e que a todo e qualquer cidadão tem o direito de participar da construção do interesse comum. Jean-Jacques Rousseau, considerado o pai da democracia participativa, anotou em seu *Du contrat social* (1762) que para qualquer interesse que esteja em discussão no Legislativo há de se consultar os afetados pela futura norma, uma vez que a soberania não pode ser representada (Rousseau, 1987). Na mesma sintonia, um século depois (1861), J. Stuart Mill declarava que governo representativo é aquele em que o povo participa, como um todo, do Estado, pois cada indivíduo é o único guardião de seus próprios direitos e interesses (Mill, 2006).



A participação direta dos cidadãos nas decisões do Estado, contudo, permaneceu em latência, como algo ideal, e a representação de interesses por meio de representantes eleitos permaneceu como regra. Nada obstante, de lá para cá, os países ocidentais experimentaram períodos de defesa e expansão das garantias e dos direitos dos cidadãos, pontuados por períodos autoritários e por grandes guerras. O direito ao voto foi se alargando, deixando de ser censitário, albergando todos os homens e mulheres adultos e tendendo ao voto universal. Da mesma forma, a periodicidade do mandato do representante se consolidou como regra. A cada época, houve a inclusão de novos atores no cenário democrático, o que culminou com a possibilidade real de qualquer do povo vir a ser um representante eleito e, uma vez eleito, ter garantias nos ordenamentos jurídicos de que os mandatos políticos são respeitados. No entanto, como afirma Robert Dahl, apesar de tanta evolução, em nenhum momento na história houve uma só nação que pudesse ser denominada de democracia plena, pois todas elas estavam sempre aquém do modelo histórico desejado então vigente (Dahl, 1997). Isso se dá porque a democracia é um ideal e, não, um conceito hermético, pronto e acabado. A democracia e seus limites evoluem socialmente e a cada ponto

"A democracia contemporânea busca por participação das parcelas sociais na gestão da coisa pública"

histórico, atingir-se o ideal democrático exige da sociedade o desprendimento de esforços crescentes. Por esse constructo é que se pode comparar processos de democratização e apontar países mais democráticos do que outros, percebendo-se que qualquer nação ocidental hoje é mais inclusiva e garante mais direitos do que a mais democrática nação do século XIX. Ainda assim, qualquer nação hoje é acusada de não garantir a seus concidadãos todas as chancelas necessárias para usufruir da igualdade de oportunidades que o regime democrático, como ideal, preconiza.

Após atingir o sufrágio universal, o voto direto, secreto e periódico, a defesa dos direitos individuais (entre eles a livre iniciativa e a livre expressão do pensamento) a discussão contemporânea acerca da democracia ocidental retoma o ideal rousseauiano e as premissas de Mill e apresenta como novos limites a serem superados a efetivação da participação cidadã. Pesa sobre os governos democráticos vigentes a acusação de serem meramente procedimentais (Miguel, 2001, Pateman, 1992) e defende-se que todas as chancelas e garantias por eles deferidas não passam de instrumentos da elite governante para perpetuarem-se no poder.

Os novos limites do ideal de democracia contemporânea, portanto, representam a busca por reconhecimento e efetivação plena dos direitos das minorias e por maior participação das parcelas sociais na gestão da coisa pública. Sob a bandeira da luta por uma democracia participativa



(Tilly, 2007) ou deliberativa (Habermas, 1994), exige-se a igualdade efetiva de todos nas decisões políticas, devendo os governantes serem cada vez mais abertos e sensíveis às demandas sociais (o que se denomina responsividade). A livre circulação de informações e a interação crescente dos grupos sociais com as estruturas de representação instituídas passam a ser considerados como requisitos indispensáveis à legitimação democrática do processo de tomada de decisões políticas (Lindblom, 1985).

3. O MODELO DE DEMOCRACIA DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Como dito no início deste artigo, o espaço em que nos encontramos, e de onde falamos, é o contexto das democracias ocidentais. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988) segue essa tradição e foi promulgada em 1988 após duas décadas de período autoritário. Essas duas condicionantes – a cultura democrática ocidental e a transição para o governo civil – são a razão para que a atual Constituição contenha vários dispositivos que vão dar ao nosso regime claros contornos de uma democracia (Kinzo, 2001). A cultura democrática ocidental impôs ao Texto de 1988 a filiação a todos os mecanismos de uma democracia representativa, temperada por elementos de democracia direta, como plebiscito, referendo e iniciativa popular, (Kinzo, 2001).



Por seu turno, a transição de um governo autoritário a um regime democrático, ainda que de forma consentida e negociada pelas elites governantes, abriu caminho para que a participação da sociedade tomasse corpo e se fizesse sentir em dois momentos distintos: primeiro, de maneira efetiva no próprio processo constituinte, em que a sociedade participou ativamente do processo de elaboração da Constituição, por meio da apresentação das denominadas emendas populares. Segundo, como participação em potencial, prevista em diversos dispositivos constitucionais, que, interpretados em conjunto, nos permite afirmar que a democracia participativa existe na condição de princípio adotado pela Constituição de 1988 (Ferreira Júnior, 2008).

Enumerando alguns desses dispositivos, temos que a Carta traz logo em seu primeiro artigo a afirmação de que todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente (...). Desta redação se percebe que se coloca em patamar de igual importância a representação e a participação direta do povo no poder. De fato, conforme anota Enid Rocha, a participação popular no poder se faz presente no art. 14 da Constituição, na previsão de plebiscito, referendo e iniciativa popular de leis e em diversos outros momentos:

A Constituição brasileira estabeleceu sistemas de gestão democrática em vários campos de atuação da Administração Pública, tais como: o planejamento participativo, mediante a cooperação das associações representativas no planejamento municipal, como preceito a ser observado pelos municípios (Art. 29, XII); a gestão democrática do ensino público na área da educação (Art. 206, VI); a gestão administrativa da Seguridade Social, com a participação quadripartite de governos, trabalhadores, empresários e aposentados (art.114, VI), e a proteção dos direitos da criança e do adolescente. (Rocha, 2009)

No artigo 5º da CRFB/1988 igualmente há dispositivos que potencializam o princípio da participação democrática entre eles as garantias da livre manifestação do pensamento, da liberdade de consciência, do acesso pleno à informação, inclusive as produzidas ou em posse dos órgãos públicos e necessárias à defesa de interesses particulares do solicitante ou de interesses coletivos (Brasil, 1988, art. 5º, incs. IV, VI, XIV, XXXIII). Em vários momentos do texto, há a menção à possibilidade de audiências públicas para legitimação do processo decisório (ex vi do art. 58, CRFB/1988). Essas e outras prerrogativas do cidadão

em face do poder do Estado colocam o Brasil como nação observadora dos preceitos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) e também como modelo de estado que ao menos formalmente observa os critérios para a existência de um processo democrático, estatuidos por Robert Dahl (Dahl, 2001), de cunho participativo.

4. DEFESA DE INTERESSES COMO COROLÁRIO DO MODELO DE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Como vimos, a Constituição de 1988 espousa o modelo de democracia defendido hoje como o ideal. Esse modelo tem na livre circulação de informações e na interação entre as diversas partes da sociedade (representantes do Estado, cidadãos organizados ou não em grupos sociais, pessoas jurídicas) o sustentáculo de um processo de gestão e tomada de decisões políticas legítimo e eficaz (Lindblom, 1985). A constante participação nas esferas de deliberação públicas produz não só uma democracia mais forte, mas também tem o condão de promover ganhos de conscientização e de aprendizagem aos participantes, o que Pateman (1992) denomina de fenômeno da educação para a cidadania.

No entanto, o que é normal e aceitável nos processos de democratização, várias das garantias estatuidas pelo Texto de 1988 ainda não estão efetivamente implantadas e, entre elas, a possibilidade de defesa de interesses. Os espaços de tomadas de decisões públicas ainda não são totalmente permeáveis aos cidadãos possivelmente interessados

nos negócios do Estado, e, quando se franqueia o direito à voz, não raro se acusa de parcialidade e se contesta a legitimidade de agentes que, representando grupos sociais de interesses, entidades privadas, associações de classe, apresentem suas demandas, geralmente acompanhadas de análises acerca do impacto de futuras decisões estatais. Até bem pouco tempo, os pedidos de informação dirigidos a órgãos públicos eram sumariamente ignorados, o que exigiu a publicação de lei garantidora ao acesso à informação e, ainda hoje, tomadores de decisão não se veem obrigados a receber representantes de parcelas organizadas da sociedade.

Ora, mas se há dispositivos constitucionais que autorizam e incentivam a participação da sociedade no processo decisório e na gestão estatais, se a participação contínua é fator de formação de cidadãos mais preparados para o convívio em sociedade e se a melhor decisão é aquela que, nutrida de fontes de informação variada e de qualidade (Bobbio, 1987 e Dahl, 2001), considera a opinião do maior número possível de cidadãos afetados, então a ação de defesa de interesses – seja diretamente, seja mediante profissionais intermediários preparados para a tarefa, na atividade que se denomina de lobby – representa o caminho da concreção do princípio da democracia participativa, previsto já no artigo 1º da Constituição Federativa do Brasil. ■



Referências Bibliográficas

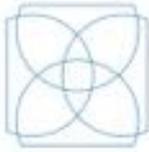
- BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1987.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Texto promulgado em 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.
- DAHL, Robert. Pluralidade: participação e oposição. Prefácio Fernando Limongi. Tradução Celso Mauro Pacioneik. São Paulo: Edusp, 1997.
- DAHL, Robert. Sobre a Democracia. Trad. de Beatriz Sidou. Brasília: Editora UnB, 2001.
- FERREIRA JÚNIOR, N.A. Comissão de legislação participativa: a construção da democracia deliberacionista. Brasília, E-legis n. 1, p. 36-43, 2º semestre 2008. ISSN 2175.0688
- FERREIRA JÚNIOR, N.A. e NOGUEIRA, M.P. 46 Visões sobre a Corrupção. São Paulo: Ed. Quartier Latin, 2016.
- HABERMAS, J. Between Facts and Norms. Cambridge, MIT Press, 1995.
- HOBSBAWM, E. J. A Era das Revoluções (1789 - 1848). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2009.
- KINZO, Maria D'Alva G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. São Paulo Perspec. [online]. 2001, vol.15, n.4 [cited 2016-10-15], pp.3-12.
- LINDBLOM, Charles E. O processo de decisão política. Trad. Sérgio Bath. Brasília: Editora UnB, 1981.
- MIGUEL, Luis Felipe. A democracia domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo. Dados [online]. 2002, vol.45, n.3
- MILL, John Stuart. Considerações sobre o governo representativo. São Paulo: Ed. Escala, 2006.
- MILL, John Stuart. Considerações sobre o governo representativo. Ed. Escala, São Paulo, 2006.
- ONU - Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos do Homem. Adotada em 10 de dezembro de 1948.
- PATEMAN, Carole. Participação e teoria democrática. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PATERMAN, Carole. Participação e teoria democrática. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.
- RÉMOND, René. O século XIX: 1815-1914. São Paulo: Editora Cultrix, 1997.
- ROCHA, Enid. A Constituição Cidadã e a Institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios. In: 20 Anos da Constituição Cidadã: avaliação e desafio da Seguridade Social. Brasília: IPEA, 2009, Vol IV.
- ROUSSEAU, J. Discurso sobre a economia política e do contrato social. Petrópolis: Vozes, 1995.
- ROUSSEAU, J.J. O Contrato Social. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1999.
- SANTOS, Manoel e CUNHA, Lucas. Propostas de regulamentação do lobby no Brasil: uma análise comparada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2015. Série: Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, n. 2094.
- TILLY, Charles. Democracy. Cambridge: Cambridge University press, 2007.



EDUCATING LEGISLATORS THROUGH YOUR WEBSITE

I was recently invited to be part of a panel for the Grassroots Policy Network "Data in Advocacy Summit" held at the very cool Microsoft Innovation & Policy Center in downtown Washington, DC. The Summit had probably four hundred participants from all across the advocacy space (corporations, nonprofits, associations, and various interest groups). It was engaging, and allowed me to focus on one area where all advocates could improve – providing advocacy information to legislators through their website.

I told the group that we all need to begin thinking of websites from the perspective of legislators and their staff who use the Internet to search for information relating to legislation, regulation and the overall work of the national government.



1. DOES YOUR ORGANIZATION'S WEB SITE PROVIDE ADVOCACY INFORMATION FOR ELECTED OFFICIALS AND THEIR STAFF?

If it doesn't, it should. The primary place legislative staff look for information is the Internet. You must be there. Having a place legislative staff can see your legislative issues and understand them from your perspective are invaluable. It's 24/7 - so when staff are working late or just received an email from their legislator on the impact of a specific issue, the staffer can communicate with you instantly. Any advocacy organization without advocacy issues on their website are doing a significant disservice their members or supporters. As you execute your web legislative strategy, think of the legislative staffer as your most important customer, and you will have a competitive advantage over most other groups.

2. IS THE INFORMATION EASY FOR HILL STAFF TO FIND?

The staffer doesn't have the time or inclination to "hunt" around your

website for your public policy issues. I like the "2-click rule" that allows the staffer to see your issue(s) after two clicks once they have found your website. Now, the number of clicks to find this type of information tragically varies. The best sites have the issues prominently posted, making it easy to find.

3. IS THE LEGISLATIVE INFORMATION CONTINUALLY UPDATED?

Legislative staff wants the latest information available. You should provide it to them on your website. When you view your legislative issues and the information is dated (meaning it has a date of more than six months old), legislators and staff believe the information is stale and might not be accurate. Please keep your material updated, even if that means reminding yourself every quarter on your calendar.

4. DO YOU PROVIDE A POINT OF CONTACT IN CASE THERE ARE LEGISLATIVE ISSUE QUESTIONS?

As a legislative staffer, I visit your site and want to rely on your information, but have some question about the posted material. Do you have an

individual I can either email or call to get a quick answer? Enough should be said. Not having a point of contact means you are not making it easy for the legislator or staffer. The person then moves on to the next search link. It is a missed opportunity for you.

5. DO YOU ALLOW THE CONTENT BE COPIED?

I want legislators and their staff to be able to copy and paste information. Besides using the data or material for speeches, I might copy the information for constituent letters, floor debate, or media talking points. There are dozens of ways information can be used by the Federal legislature. Make it easy for the legislative staff to advance your agenda. Let them cut and paste your material and give your organization the credit it deserves - your organizational leadership and members will think highly of your advocacy.

6. DO YOU DIRECT THE STAFF TO YOUR PARTICULAR POSITION?

Many advocacy organizations tell great stories on their websites, especially with respect to legislative or regulatory initiatives. But remember, I am a legislative staffer, loaded down with work, and I could be very unfamiliar with why your issue is important. Guide me. Explain to me succinctly the issue, the reason why the legislature should

"I am a legislative staffer loaded down with work (...) Guide me. Explain to me succinctly the issue"

take your side, what the steps are for success, and who do I contact to add my legislator as a supporter.

7. DOES THE ORGANIZATION PROVIDE EXTRA INFORMATION?

Including PDF material can be exceptionally helpful to legislators and staff. If your organization sends official letters to the legislature, testimony before Committees, or undertakes empirical research, make it available to those on the Hill.

8. HOW TO YOU INCORPORATE WEBSITE ADVOCACY DIRECTED

TO THE LEGISLATURE FIT INTO YOUR OVERALL STRATEGY?

Often, when I ask an advocate about their website advocacy strategy, the person often responds by saying "we are redoing our website." Even if it is true, it is not a good answer. If we know that Internet search is one of the first and foremost places legislators and their staff go to find information, we need to make website advocacy a top priority of our organization. These days, it isn't that much work or expensive to have a robust website advocacy strategy.

I would encourage you to go to a search engine and type in random names of organizations to see how they compare to the points raised here. You'll no doubt see the good, the bad, and the ugly. But you will also likely find great examples of ideas that can work for you to give your website legislative strategy an edge in the competitive marketplace of advocacy organizations in Brasilia. ✖



ATUAÇÃO EM TODAS AS ÁREAS DO
DIREITO EMPRESARIAL COM PADRÃO ÚNICO
DE EXCELÊNCIA EM TODO O PAÍS



SÃO PAULO
RIO DE JANEIRO
BRASÍLIA
PORTO ALEGRE
CAMPINAS
CAXIAS DO SUL
NEW YORK

TOZZINIFREIRE
A D V O G A D O S

TOZZINIFREIRE.COM.BR



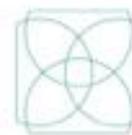
Conte a vida
em momentos,
não em
minutos.

AM

Neste ano,
desejamos que você
use bem o seu tempo.

**Itaú. Digital para você
ter mais tempo
para ser pessoal .:-)**





DE FÉRIAS, TRABALHANDO EM WASHINGTON.

Guilherme Costa, presidente da Abrig, viajou e representou a entidade com recursos próprios.

James Hickey e Guilherme Costa.



Revista Brasileira de Relações Governamentais

Considerando que Brasília não tem eleição municipal e o trabalho institucional reduz significativamente, aproveitei o intervalo entre o 1º e o 2º turno das eleições de 2016 para tirar férias, visitar minha querida irmã Adriana, refazer um intensivo de inglês e apresentar a Abrig no mais importante mercado de relações institucionais e governamentais do mundo: Washington. Foram proveitosas reuniões, troca de informações, possibilidade de parcerias, intercâmbio cultural e profissional e claro, grande aprendizado.

Dentre as 11 reuniões realizadas, destaco a com James Hickey, Presidente da AGRP - Association of Government Relations Professionals, entidade correlata da Abrig nos Estados Unidos e que já se chamou ALL - American League off Lobby, mas que há alguns anos preferiu mudar seu nome. Foi uma conversa franca, objetiva e saímos com a missão mútua de estreitarmos os laços não apenas com a AGRP, mas também numa entidade internacional que irá reunir os profissionais de RIG em todo o mundo.

O almoço com o professor de direito da George Mason University, David Rehr, foi muito proveitoso. Mark Langevin com seu português fluente me recebeu na Elliott School of International Affairs, onde ele lidera a cadeira de Relações Governamentais. Brasileiros ocupam lugares de destaque nos Estados Unidos. Renata Vasconcelos, responsável pelo nosso País na US Chamber, me recebeu no magnífico prédio da entidade, literalmente em frente à Casa Branca, e me contou a expectativa positiva que as empresas americanas têm na aprovação de uma legislação no Brasil que respalde a defesa legítima de interesses. Paulo Sotero com seus quase 20 anos de Washington me recebeu no Wilson Center, organismo do governo norte americano onde ele lidera os estudos sobre o Brasil. Luis Bitencourt me deu uma aula sobre o setor de defesa na América do Sul, área que ele lidera no William J. Perry Center e Angelica Silvero, que me fez compreender a importância e o enorme trabalho desenvolvido pelo The World Bank.

Visitei os mais importantes escritórios americanos de Relações Institucionais e Governamentais, dentre eles Squire Patton Boggs, onde fui recebido por Robert Kapla e Mary Powers; Holland & Knight onde o ex-deputado de Tampa, Jim Davis, e Richard Gold lideraram a reunião com mais outros 4 sócios e por fim Podesta Group.

É impressionante como a institucionalização das relações gera transparência e profissionalismo. Esses escritórios representam não apenas empresas, entidades ou setores. Eles também representam países - para se ter uma ideia, o Squire Patton tem escritório em 18 estados norte americanos e em 29 países. Outro fato que me impressionou bastante é como nossa atividade está no dia a dia e na cultura do americano. Respira-se nossa "participação" a todo momento. No Museu de Chicago, descobri a importância do trabalho da Associação de Proteção ao Bisão, que em 1905 trabalhou junto ao Governo Federal e conseguiu provar a necessidade da criação de reservas de proteção à aquele >



David Rehr, professor de direito da George Mason University e Guilherme Costa.



Mark Langevin, Relações Governamentais na Elliott School of International Affairs e Guilherme Costa.



Paolo Mastrangelo, Jim Davis, Guilherme Costa e Chris Delacy.



Paulo Sotero, da Wilson Center.



Renata Vasconcelos, representante do Brasil na US Chamber e Guilherme Costa.

animal que é símbolo norte americano e estava ameaçado de extinção, ou ainda, quando li num jornal de bairro a entrevista com o Presidente do Sindicato dos Caça-Fantasma, entidade que existe desde 1977. O americano descobriu muito cedo que o Poder emana do povo e se a sociedade estiver organizada, legitimamente constituída e profissionalmente representada os ganhos são enormes.

Não tenho dúvida de que a potência econômica que os Estados Unidos se tornou é, também, por ter percebido, desde sua concepção, a importância do diálogo institucional entre o público e o privado. A legitimação da nossa atividade consta do artigo primeiro da Constituição que data de 1787 e todos os estados americanos

detêm uma legislação específica sobre entidade que existe desde 1977. Ou seja, há 50 leis estaduais reconhecendo e regulamentando a atividade de RIG nos EUA.

Mas nem tudo anda bem por lá. Desde 2007, quando o Congresso Americano pressionado pelo escândalo Abramoff perdeu a mão ao aprovar uma legislação burocrática, investigatória e baseada na desconfiança, o número de profissionais cadastrados na capital americana decresce. Hoje há menos profissionais registrados do que em 1998. Não que a atividade tenha reduzido seu tamanho ou investimento. Pelo contrário. O fato é

que a lei trouxe aumento de custos, perda de foco, exposição midiática... fazendo com que os profissionais aderissem a outras formas de representação que não significassem sua subordinação a essa legislação. O mais importante dessa análise é que até hoje, passados nove anos e toneladas de documentos, não se verificou nenhum crime, ou seja, mais obrigações, ônus e custos para quem já faz o correto. Conhecer a



Com Adriana Cunha, irmã de
Guilherme Costa



Corine Weiler.

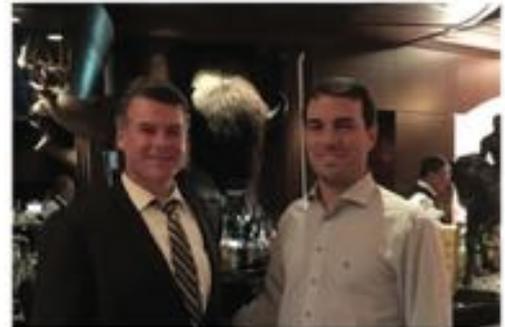


David Bowes, Assessor do Senador Coons e
Guilherme Costa.

experiência americana é fundamental para evitarmos erros na futura legislação brasileira.



Foi uma oportunidade sensacional. Desejo repeti-la inúmeras vezes, mas o foco agora é no nosso Brasil, onde há muito por fazer. Washington, nos aguarde pois em breve estaremos de volta, mas dessa vez com um grupo de brasileiros que honram nossa atividade. 🇺🇸



Todd Webester e Guilherme Costa.

Matchmaking Brazil



Principais áreas de conhecimento: comércio exterior, meio-ambiente, agronegócios, relações institucionais, governamentais e internacionais

SERVIÇOS CUSTOMIZADOS, ANÁLISES DE MERCADO, DIAGNÓSTICO, ASSESSORIA, CAPACITAÇÃO E TREINAMENTOS

www.MATCHMAKINGBRAZIL.com.br
contato@matchmakingbrazil.com.br



LOBBYING THE REGULATION OF LOBBYING

By Todd Webster, Cornerstone Government Affairs

When compared with the ancient civilizations found in Europe, North Africa, or Asia, the United States is a relatively young nation. Yet the U.S. Constitution - the founding document for how the American people govern themselves - is the oldest and longest-serving constitution in the world. For more than 229 years - through a Civil War, the Great Depression, and two World Wars, the U.S. Constitution has endured as the written charter that allows America's democracy to survive and to flourish.

The first ten amendments to the U.S. Constitution are known as the "Bill of Rights," which are ten sacred freedoms that every American citizen is guaranteed in the national law. The First Amendment includes some of the U.S.'s most cherished liberties, like the freedom of speech, the freedom of assembly, the freedom of the press, and the freedom of religion. But it also includes the ability of every citizen to "petition the government for the redress of grievances."

Thus, for the longest-serving constitution in the world, the founding fathers who drafted it believed that

the freedom for citizens to lobby their government was so essential to governing that it deserved protection in the country's founding document.

Brazil's National Congress is now developing legislation to improve transparency and regulate the lobbying industry in order to bring more "sunlight" to the process of government. Certainly, for the people of Brazil to have faith in their government, some reform may be necessary.

But as Brazil's Congress debates rules on lobbying it is essential that the citizens of Brazil maintain the sacred right to "petition the government."

That was my message to Deputy Cristiane Brasil and the Committee on the Constitution, Justice, and Citizenship when I testified in the Chamber of Deputies in July 2016.

Working with Abrig, I flew from Washington, D.C. to Brasília and São Paulo for three to testify about the regulation of lobbying in the U.S., and meet with some of the most respected and honest lobbyists in Brazil.

My message to Deputy Brasil and the National Congress was very simple:

First, you must recognize that lobbying is a vital function in any successful democracy. In the U.S., lobbying is an essential First Amendment freedom - alongside freedom of speech and freedom of religion.

Second, you must know that lobbying performs an important function in the U.S. democratic system. As issues have become far more complex, policymakers need experts to provide them with accurate, actionable, and reliable information about the legislation they are proposing and voting on.

When you consider the range of issues that the Brazilian Congress considers every year - including agriculture, aviation, banking, defense, energy, healthcare, labor, tax, technology, and telecommunications to name a few - it is impossible for a citizen legislator to be an expert in every aspect of policy. Lobbyists provide an essential function to inform and educate the national debate.

So as they create public policy, Members of Congress must have access to experts who can describe the real-world implications of their proposed changes to the laws under which all citizens must live and work.

In the U.S. there are advocacy groups for every conceivable issue – to protect gun ownership, to protect a woman's right to choose, to protect tax credits for research, to increase the minimum wage and to reduce taxes on capital gains, to protect public sector employee pensions and to reduce the federal budget deficit. There are currently about 10,000 lobbyists in Washington and every one of them has work to do.

Another important function that lobbyists perform in the U.S. is institutional knowledge of the system and the legislative process. They

help provide guidance and strategic advice to Members of Congress on how to effectively advance their own legislative agendas. Lobbyists have expertise, perspective and insight into the process and how to build a coalition, or connect with members of the executive branch, members of the media, or outside citizen groups to move public opinion to enact a bill. Certainly, the staffs of Members of Congress are smart and capable and hardworking, but the seasoning of a lobbyist can often bring a unique perspective.

Third, there are a whole variety of ways to influence public policy. Before the Brazilian Congress imposes burdensome regulations on lobbying, it must also consider the variety of other ways that public policy can be shaped. Grassroots mobilization, media relations and PR, paid

advertising, social media, grassroots – or what we call “astroturf lobbying” – are all forms of influencing public policy.

In fact, one of the most effective lobbying campaigns I have ever seen happened just before I arrived in Brasilia in June 2016. A dozen police officers stood at an international airport two months before the Olympics and declared “Welcome to Hell, you are not safe” and generated international media coverage. This was a very effective lobbying tactic to demand higher wages during a labor negotiation.

So as Brazil's Congress considers new regulations on one type of lobbying, it must also consider and be aware of all the other types of activities that can influence public policy.

The final point I made during my testimony was to caution lawmakers from going too far, too fast. The Brazilian government has made a number of reforms over the last two years to improve the transparency and the functioning of government. It may be wise to allow those reforms to be fully implemented to ensure they are working as intended before making additional reforms.

Brazil's National Congress is doing its part to improve transparency and regulate the lobbying industry, in order to bring more “sunlight” into the political process. That is all good. But they should also ensure that every Brazilian citizen retains the right to “petition the government.”

In conclusion, I would like to point out a section of the Hippocratic Oath, which is historically taken by doctors, and comes from the 5th century B.C. father of western medicine, Hippocrates.

As he wrote, “first, do no harm.” ✎





AS AÇÕES POLÍTICAS CORPORATIVAS NA AGENDA GOVERNAMENTAL DE NEGÓCIOS INTERNACIONAIS:

UM PANORAMA BRASILEIRO

Denilde Oliveira Holzacker
Diego Bonaldo Coelho
 Centro de Estudos e Pesquisa sobre
 Diplomacia Corporativa (CEDiC)
 Escola Superior de Propaganda e
 Marketing (ESPM)



Denilde Holzacker

A consolidação de uma realidade econômica de dinâmica global revolucionou as determinantes da competição empresarial, impondo significativas modificações no comportamento estratégico das empresas, que passam a encontrar na internacionalização uma de suas expressões mais típicas. Entretanto, embora pautada por uma lógica transfronteiriça de atuação, grande parte das determinantes dos negócios internacionais empresariais é nacional, resultante de características e de fatores das economias domésticas, em que se destaca o papel dos governos nacionais.

Nesse contexto, uma nova frente na relação entre as empresas e os governos emergiu, predominantemente pautada pela cooperação e transigência na agenda de negócios internacionais, com repercussões nas demandas e estratégias políticas empresariais, e, conseqüentemente, nos ciclos contemporâneos de políticas governamentais. Diante desta nova realidade, são apresentados neste artigo algumas reflexões e resultados preliminares da pesquisa "As relações entre empresas e Governo no Brasil: motivações e práticas corporativas na agenda brasileira de negócios internacionais", realizada com 61 empresas brasileiras (de capital nacional e estrangeiro) entre os meses de março e julho de 2016, com financiamento do Centro de Altos Estudos da Escola Superior de Propaganda e Marketing (Caepm/ESPM).

O QUE SÃO AS ATIVIDADES POLÍTICAS CORPORATIVAS?

As intervenções e ações dos governos no ambiente político-econômico nacional provocam impactos



Diego Ronaldo Coelho

significativos no ambiente competitivo de mercado em que as empresas estão inseridas. Dessa forma, seja por meio da mudança de regulamentos, uso de instrumentos monetários e fiscais ou pela oferta de incentivos/subsídios, é possível afirmar que qualquer ação do governo na economia incorre reorganização de expectativas, realocação de recursos e reposicionamento dos agentes, cuja leitura pode ser considerada positiva e/ou negativa pelos diversos atores empresariais envolvidos, uma vez que repercute em seus desempenhos de maneira e intensidades diferentes (JACOBSON; LENWAY; RING, 1993).

Com isso, muitas empresas interessadas nos efeitos das políticas governamentais em seus negócios começaram a se organizar interna e externamente com objetivo de expandir as suas estratégias e ações para além de seus objetivos de mercado mais típicos, como aumento de market share, inovação, retenção de clientes, redução de custos, entre outros, e passaram a expandir os seus esforços para influenciar as decisões governamentais, particularmente a formulação de políticas a seu favor (HILLMAN; HITT, 1999).

Esse processo, que culmina em função organizacional conhecida como Atividades Políticas Corporativas, é caracterizado pela sistematização da formulação de estratégias empresariais cujas metas pretendidas são de cunho político e seus meios de ação fundamentalmente arraigados na mobilização de agendas com atores governamentais com vistas a influenciar as suas políticas e resultados.

AS ESTRATÉGIAS E AÇÕES POLÍTICAS BRASILEIRAS NO TEMA DOS NEGÓCIOS INTERNACIONAIS: ALGUNS RESULTADOS

A partir da relevância estratégica da internacionalização no contexto contemporâneo, muitas empresas, via

Atividades Políticas Corporativas, passaram a interagir com os seus governos nacionais com objetivo de influenciá-lo nesse tema. Não por acaso, diversos países assumiram os negócios internacionais como um problema público, desencadeando ciclos de políticas que prenunciam uma nova fronteira de ações governamentais específicas, que acabam por demandar novas dimensões de intervenções, sejam isoladas ou articuladas, que inauguraram novos marcos institucionais (COELHO; OLIVEIRA JUNIOR, 2016).

No caso brasileiro, a agenda governamental de internacionalização empresarial se iniciou de maneira mais evidente e bem organizada pelas estratégias de exportação, ainda na segunda metade do século XX, intensificando-se em pauta e escopo a partir dos anos 2000, com a incorporação dos investimentos diretos e dos contratos no exterior, em evolução marcada pela constante ampliação de canais formais e informais de interlocução com o setor privado.

Para analisar a formulação e condução das Atividades Políticas Corporativas no tema dos negócios internacionais no Brasil, optou-se por observar quatro dimensões: i) forma de interação, ii) nível de participação e iv) tipos de ações. Os dados utilizados para análise decorrem de survey realizado com 61 empresas brasileiras, com amostra constituída por 77% de empreendimentos de capital nacional e 23% estrangeiro. Sendo as empresas de capital estrangeiro predominantemente de origem europeia (49,9%), seguidas pelas norte-americanas (42%) e de outras regiões (8,1%). A segmentação por porte revelou serem majoritárias as micros, pequenas e médias empresas, que responderam por 69,9% do total. O setor industrial adquiriu maior representação, 79% da amostragem, com serviços atingindo 16% e o agronegócio 5%.

Os resultados indicaram que as formas de interação adotadas pelas empresas na agenda dos negócios internacionais normalmente são concomitantes, porém, com predominância de uma estratégia de abordagem específica, item a item (transacional), em detrimento do estabelecimento de um relacionamento contínuo ao longo do tempo (relacional), ou seja, independente de >

FORMA DE INTERAÇÃO PREDOMINANTE NO TEMA DOS NEGÓCIOS INTERNACIONAIS (% DO TOTAL)



uma questão particular. Conforme as respostas, 55,7% das empresas deram maior relevância às interações por demanda específica do que a um relacionamento horizontal e constante. O que, em grande medida, demonstra que as questões de políticas governamentais direcionadas aos negócios internacionais tendem a ser tratadas pelas empresas por meio de ações políticas pontuais, em pautas verticais e específicas, que respondam a itens de interesse muito particulares.

Já com relação ao nível de participação das empresas em suas interações com o governo, verificou-se que a estratégia mais valorizada para apresentação das demandas e posições em negócios internacionais é a coletiva, isto é, aquelas que são setorialmente conduzidas. Como observado, a grande maioria das empresas interage com os órgãos governamentais por meio das associações de classe (86,9%). Apenas 11,5% das empresas responderam que buscam atuar sozinhas e 18% manifestaram buscar atuar em conjunto com outras empresas. Não por acaso, os resultados indicam que as empresas optam por canais indiretos e de terceiros para o acompanhamento das decisões governamentais que afetam os negócios internacionais. Atribuiu-se maior importância para os informes das associações setoriais e também das consultorias especializadas do que informações diretamente divulgadas pelo governo.

NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO NAS AÇÕES POLÍTICAS NO TEMA DOS NEGÓCIOS INTERNACIONAIS (% DO TOTAL POR ITEM)



Mediante tais números, é possível constatar uma grande importância das associações setoriais como mediadoras das interações entre empresas e governo no Brasil em questões pertinentes aos negócios internacionais. Tipo de predileção que se justifica, em parte, pelo fato de que muitas empresas são de micro, pequeno e médio portes, e a menor parcela possui departamentos de relações governamentais ou ainda escritórios em Brasília, o que limita, de certa forma, uma interação mais ativa e direta. Com relação às práticas conduzidas pelas empresas para mobilizar e influenciar a agenda governamental brasileira de negócios internacionais, computou-se que a produção de dados para divulgação nos órgãos de governo e o fornecimento de informações, que fundamentam as ações de lobbying, são apontados como muito importantes para 75,4% e 77% das empresas, respectivamente, constituindo o núcleo das ações políticas dos setores privados no Brasil nesse tema. O que contrasta com outras práticas mais indiretas, como campanhas e ações com a opinião pública, que constituem estratégias de advocacy e somente foram indicadas como muito importantes por 26,2% das empresas.

SigaLei
Sistema de Gerenciamento de Relações Governamentais

Economize seu tempo
Organize suas informações
Melhore sua estratégia

sigalei.com

	Muito Importante (% do total por item)
Contribuiu com o fornecimento de dados e informações que ajude o Governo na elaboração de ações e políticas na área de negócios internacionais	75,4
Produz pesquisas e dados para fundamentar as suas posições e demandas com o Governo	54,1
Participa de estudos setoriais que produzem dados para a divulgação nos órgãos governamentais	77,1
Patrocina eventos do Governo em temas de negócios internacionais	13,1
Promove conferência e eventos com formadores de opinião acerca de seus temas em negócios internacionais	32,8
Mantém contato constante com órgãos da imprensa nos temas dos negócios internacionais	29,5
Promove campanhas e ações com a opinião pública em temas de seu interesse em negócios internacionais	26,2

Fonte: elaborado pelos autores.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Os resultados apresentados acerca da atuação das empresas brasileiras por meio das Atividades Políticas Corporativas no tema dos negócios internacionais no Brasil, especificamente quanto à sua forma de interação, nível de participação e principais práticas em suas ações com governo, permitem sintetizar algumas considerações preliminares:

- A maioria das empresas brasileiras não possui um departamento de relações governamentais ou afins que represente os seus interesses no contato e na interação com os órgãos governamentais.
- As decisões governamentais que afetam a empresa e o seu setor são majoritariamente acompanhadas por canais indiretos e de terceiros, como informes de entidades setoriais, consultorias especializadas e noticiário.
- A interação da empresa com o governo é predominantemente coletiva, conduzida por meio de associações setoriais.
- O setor empresarial tende a dialogar com o governo e influenciá-lo em temas pontuais e específicos, item a item.

- As empresas optam principalmente pelas ações de lobbying, por meio do fornecimento de informações e dados ao governo com vistas a subsidiar as decisões de políticas que sejam de interesse do setor.

Conclui-se, dessa forma, que a crescente relevância contemporânea do tema dos negócios internacionais tem encontrado repercussão na agenda governamental brasileira, em movimento que deriva, em grande parte, de pressões e influências privadas, as quais podem decorrer de estratégias e ações empresariais, que, no caso, são predominantemente dadas por lobbying (fornecimento de informações e pesquisas) de nível setorial, via associações de classe e cujas pautas são específicas e item a item. Nesse sentido, constitui-se no País um panorama interessante para pensar as relações empresas-governos nos negócios internacionais, que urge novas frentes de reflexão motivadas a analisar os seus impactos na internacionalização da economia brasileira. ■

Referências bibliográficas

- COELHO, D. B.; OLIVEIRA JUNIOR, M. M. A internacionalização de empresas na agenda governamental contemporânea de desenvolvimento: reflexões críticas e analíticas para os negócios internacionais. *Cadernos Ebape*, Edição Especial, pp. 527-550, 2016.
- HILLMAN, A.; HITT, M. A. Corporate political strategy formulation: a model of approach, participation, and strategy decisions. *Academy of Management Review*, v. 24, n. 4, pp. 825-842, 1999.
- JACOBSON, C. K.; LENWAY, S. A.; RING, P. S. The political embeddedness of private economic transactions. *Journal of Management Studies*, v.30, n.3, pp.453-478, 1993.



RISCO POLÍTICO

Cezar C. Roedel¹



O risco político não é novidade. Pelo contrário, desde o movimento renascentista com a emergência da *Raison d'État* e seus próceres pensadores e articuladores como: Cardeal Richelieu, Mazerin ou Nicolau Maquiavel, ávidos conselheiros das Cortes, que buscavam transmitir aos Príncipes a sua percepção de riscos políticos iminentes, tanto pelo aconselhamento como nos textos mais amplos, que renderam um bom acervo, verdadeiro legado da práxis política na sua mais alta estratégia.

Até os dias de hoje, a maneira personalista da mensuração do risco político continua a possuir a mesma equivalência, mesmo com a miríade de ferramentas estatísticas e cálculos intrincados; a sensibilidade de perceber as sutilezas da política, assim como Maquiavel percebia, ainda parece prevalecer aos mainframes.

Aclamado estudioso dos riscos, ou do "impacto do altamente improvável", Nassim Taleb em seu livro *A Lógica do Cisne Negro*, começa discorrendo sobre o fenômeno do "cisne negro": antes da descoberta da Austrália, as pessoas do Antigo Mundo estavam convencidas de que (todos) os cisnes eram brancos. Assim, faltaria apenas que o primeiro

¹ Professor e coordenador dos cursos de Relações Internacionais e Ciência Política e Coordenador de Assuntos Internacionais no Centro Universitário da Serra Gaúcha. Mestre em Relações Internacionais pela UFRGS. Doutorando em Filosofia pela PUCRS. Ministra cursos na área de riscos políticos internacionais.



cisne negro aparecesse para mudar toda aquela ordem de convicções, um fenômeno de fato, altamente improvável, mas possível. Para Taleb, o cisne negro é um evento que reúne três características fundamentais: 1) é um outlier, já que está além das expectativas comuns de todos nós, 2) o cisne negro exerce um impacto extremo e 3) os homens desenvolvem maneiras inúmeras de explicar o evento do cisne, após a sua ocorrência, tornando-o explicável e previsível. Em resumo, na visão do autor, devemos nos concentrar mais naquilo que ignoramos por totalidade, mensurando o desencadeamento dos fenômenos altamente improváveis, e diga-se, a política parece ser um prato cheio para o cisne negro.

CONCEITO DE RISCO POLÍTICO

A definição do conceito de risco político envolve vasta literatura, com alto grau de especialização. Parece haver certo consenso entre os estudiosos do risco político, que o mesmo tenha sua gênese contemporânea no processo de estabelecimento de grandes companhias no exterior, no que

toca ao fluxo do investimento internacional. As organizações, ao entrarem em contato com novas situações políticas e, muitas delas, consideradas instáveis, sentiram cada vez mais a necessidade de uma compreensão do fenômeno da instabilidade política e como ela afetava, diretamente ou indiretamente, os negócios. Assim, as primeiras definições surgidas no escopo do risco político, o identificavam exclusivamente como um risco "não econômico" (Meyer 85). Adicionado ao fato da instabilidade política, as organizações começaram a lidar também com o alto nível de ingerência por parte do governo, geralmente em países considerados politicamente instáveis. Tal ingerência passou a ser considerada como risco potencial (Eitman & Stonehill, 73 / Zelner, 2010). Outros conceitos similares que se somaram aos usuais, foram: "como descontinuidade no ambiente de negócios derivada de uma mudança política que possui potencial influência nos lucros ou objetivos de uma empresa" (Robock, 71 / Thunell, 77 et. al.) e "substancialmente ligado à

instabilidade política." (Green, 74 / Thunell, 77). (Nota 1)

Parece-nos muito válida e apropriada também, a definição trazida por Robert Mckellar (2010), que acaba por resumir as definições levantadas anteriormente, onde diz que: "o risco político pode ser definido como uma ameaça em potencial aos negócios/ interesses, advindo de um determinado comportamento político." (Nota 2)

MÉTODOS

Como a política é também uma arte de sutilezas, alternando entre a estabilidade e o desgoverno, atravessando vários níveis e esferas, a mensuração do risco político é um desafio que, certamente impõe aos especialistas uma verdadeira zona gris, onde têm de lidar com variáveis múltiplas, por meio de capacidade tanto sensitiva como analítica, fazendo uso de ferramentas que variam da opinião qualificada aos métodos estatísticos mais elaborados. Dentre os métodos mais comuns da análise do risco político (Hummel & Heenan, 78) (Nota 3) poderíamos citar quatro: ➤

1) o denominado *grand tours*, onde o especialista qualificado em risco político faz exploração in loco, deslocando-se ao país ou a região do risco político potencial, locomovendo inclusive, *staff* preparado para lidar com o cenário proposto. O *grand tour* é um verdadeiro trabalho em campo,

2) talvez um dos mais utilizados dos métodos existentes, o *old hands* trata-se da consulta aos diversos atores e especialistas do risco político: diplomatas, funcionários de diferentes escalões do governo, consultores de risco político, entre outros,

3) o método Delphi (Nota 4), criado pela organização americana Rand Corporation na década de 50, inicialmente para analisar o impacto da tecnologia no campo da defesa estratégica, tornou-se uma grande referência no universo do risco político, onde muitas empresas e consultores já estão o aplicando. O método consiste na elaboração de perguntas específicas a um pool de profissionais e especialistas mais qualificados em um determinado assunto, ou risco, que respondem de forma anônima. As respostas são coligidas e, verificados os eventuais consensos, organiza-se nova bateria de perguntas, para refinar algum ponto que ainda não tenha sido esclarecido ou reforçar aqueles que se destacaram. O Delphi pode ser entendido como um método de juízo intuitivo de alta especialização e qualificado suporte,

4) em último se destacam os métodos estatísticos utilizados principalmente pelas agências de classificação de risco ou até mesmo grandes resseguradoras mundiais, que elaboram complexos cálculos para o estabelecimento de zonas de instabilidade política, atribuindo valores aos riscos políticos.

OS NÍVEIS DO RISCO POLÍTICO

Já os níveis do risco político, somados às fontes brutas de seu desenrolar, demonstram a teia por qual passam cada um dos três comportamentos políticos, capazes de influenciar o cenário de riscos, ou seja, as instâncias de tomadas de decisão, que são distintas pela sua essência, começando pelo Estado, a instância maior, representação máxima da soberania, que ainda sobrepuja-se (ou ao menos assim deveria ser) aos interesses volitivos de governos transitórios, representação do poder executivo. O poder legislativo, por seu turno, concentra uma

grande substância no tocante à análise de risco político, principalmente se consideramos o caso brasileiro, com o manancial de projetos em tramitação e a diversidade da composição legislativa, que dá configuração muito peculiar e diversificada à análise do risco político. Por fim, os partidos políticos e suas coligações, bancadas e relações até as organizações de cunho civil, serão também níveis importantes na consideração dos riscos. Neste último caso, se não vejamos, a força de alguns movimentos erigidos no seio social e sua contribuição recente aos impasses desenhados na política institucional brasileira.

CONCLUSÕES

De volta ao fenômeno do cisne negro, parece que o grande desafio, também ao risco político, seja a dimensão sempre ignorada pela especulação. Aquela que após ocorrer, saem os especialistas em disparada no sentido de prover todas as explicações e justificativas ao acontecimento. Aquilo que se sobrepõe às expectativas comuns, como um verdadeiro outlier, ocasionando alto impacto na mensuração do risco político. Como observamos variados são os métodos disponíveis para a análise de risco político, daqueles que se transmutam de um *assessment* mais informal, quase sensitivo, até os métodos que se ancoram nas ferramentas estatísticas e cálculos complexos. Todavia, o legado sensitivo que brotara no renascimento, na figura de grandes "analistas" de risco político do calibre de Maquiavel ou Richelieu, parece ainda falar alto no processo de mensuração do risco político, ainda mais com o gradativo aprimoramento das ferramentas de análise. A "espiral do risco político", como vimos, começa de forma lenta a se configurar em um conceito com ampla margem para diferentes interpretações, o da instabilidade política e suas facetas, por mais sutis que sejam. O elemento intermediário de significativo potencial de impacto na escala dos riscos se dá com o governo fraco ou desgoverno; a inépcia que faz travar as engrenagens das instituições, gerando um cenário difuso e, muitas vezes, antecipando um conflito iminente. O conflito, por sua vez, é o zênite da escalada dos riscos políticos. O cenário de maior gravame, cuja acentuação elevada dos ânimos pode levar ao caos, à anarquia, ao estilo mais hobbesiano.

O Estagirita já anunciara: o homem é um animal político. Como um ser imperfeito que é, reflitamos mais sobre o risco político. ■



Referências Bibliográficas

- (Nota 1) In: SOTTILOTTA, Cecilia. 2013. *Political Risks: concepts, definitions and challenges*. LUISS School of Government, Itália, 2013.
 (Nota 2) (MCKELLAR, Robert. 2010) *A Short Guide to Political Risk*.
 (Nota 3) In: SOTTILOTTA, Cecilia. Op. Cit.
 (Nota 4) Mais sobre o método Delphi: <http://www.rand.org/topics/delphi-method.html>



MUITO MAIS QUE MONITORAMENTO

Feito por quem fala sua língua



Gestão de riscos integrada, com impacto financeiro



Business Intelligence e relatórios em vários formatos



Sugestões automáticas com base nos seus interesses



Ferramentas de auditoria e criptografia de ponta a ponta



Atualizações super rápidas e disponíveis em qualquer dispositivo



Integração com as ferramentas que você já usa

Nos procure. Você terá a seu dispor não apenas a melhor tecnologia, mas também um time que entende de política, processo legislativo e direito, e que só ficará satisfeito quando deixar você assim:



<https://inteligov.com.br>

abrig@inteligov.com.br

LOBBY E DEMOCRACIA

Por Mácio Coimbra, Coordenador do MBA em Relações Institucionais do Ibmec.

O processo de formação das políticas públicas necessita de transparência e ética. Sabedores de que um sistema confiável e aberto é o melhor para o fortalecimento da democracia, recentemente retornou-se a discussão sobre a regulamentação da atividade de lobby no Brasil.

Nosso País passou por processos delicados nas últimas décadas, entretanto, extremamente importantes para a maturidade de nossa República. Passamos por um processo de redemocratização, escrevemos uma Constituição em período de abertura política, passamos por inúmeras eleições presidenciais, tendo como marco o processo de 1989, a primeira eleição livre para o cargo máximo do país desde a década de 60. Enfrentamos, agora, dois processos de impeachment, inúmeros planos de estabilização econômica, incluindo o sucesso do Plano Real, além da abertura do Brasil ao mercado externo com as privatizações e a reforma do Estado, sem falar na implementação e consolidação dos programas sociais.

Percebemos que somente uma democracia madura, calcada em instituições fortes, consegue, ainda jovem, passar por processos tão distintos de forma plena e republicana, sem qualquer abalo nos pilares de nossa nação. Aprendemos que o respeito ao ordenamento



¹ Coordenador do MBA em Relações Institucionais do Ibmec

jurídico é ponto fundamental dessa construção. Somente o respeito ao Estado de Direito produz nações fortes, tanto no âmbito institucional, quanto econômico.

Assim, é com naturalidade que avançamos mais uma casa no jogo democrático, que inevitavelmente passa pela regulamentação da atividade de lobby. Ao contrário do que muitos pensam, lobby rima com democracia, ou seja, são conceitos que estão umbilicalmente ligados e que não sobrevivem um sem o outro. Sabemos que a defesa de interesses, seja de qualquer parte da sociedade, faz parte da construção do estado democrático, aberto, livre e plural, onde se enquadra o Brasil de hoje.

Em regimes fechados não existe defesa de interesse de forma transparente. O que existe nesses casos chama-se tráfico de influência. Quanto menos democracia, maior a possibilidade de tráfico de influência. Do contrário, quanto mais democracia, menos tráfico de influência e maior transparência para que a atividade de lobby surja de forma consistente e eficaz na defesa dos interesses dos segmentos da sociedade.

Portanto, diante de nossa abertura democrática, com transparência plena no processo de formação de políticas públicas, é natural que desponte a atividade de lobby como instrumento eficaz e legítimo da sociedade na defesa de seus interesses. Existe a necessidade de

que nossos legisladores escutem as partes envolvidas nos reflexos gerados por propostas legislativas que emanam de Brasília. É lícito e democrático que o governo escute os setores organizados da sociedade para tomada de decisão. É assim que ocorre nos países que possuem uma democracia firme e madura.

Portanto, diante desse cenário, a profissionalização do agente que transita entre os polos público e privado tornou-se uma necessidade para o mercado. Profissionais que entendam o valor do trabalho que exercem, que asseguram o exercício pleno da cidadania e da democracia, tornaram-se instrumentos de nosso fortalecimento institucional. Nesse sentido, o surgimento de cursos, especializações e pós-graduações na área têm ocupado parte importante dos currículos de instituições renomadas que investem pesado em uma área que exige cada vez mais profissionais completos e conectados com as demandas do mercado.

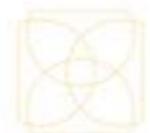
A regulamentação do lobby vem no sentido de fornecer maior transparência para a sociedade em um momento de maturidade democrática. Já chegou o momento de falarmos sobre isso. Nossa sociedade precisa, de um lado, possuir informações claras sobre quais grupos estão trabalhando na formação das políticas públicas. Do outro, a transparência, diante de regras objetivas, de como a atividade pode ser exercida e quais são os

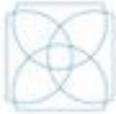
limites legais da representação. Essa discussão faz parte da formação de instituições fortes que somente fortalecem nossa República.

O Congresso Nacional é onde nasce este processo, evidentemente ouvindo as partes envolvidas, para chegarmos a um arcabouço legal que forneça transparência ao processo, dê segurança aos entes envolvidos e seja revestido do padrão ético necessário para o exercício da atividade.

No sentido de fortalecer a democracia, a discussão da regulamentação chega no momento certo. Desde as primeiras propostas, tempos atrás, houve muita evolução em nosso País. É preciso que, neste momento, estejamos atentos aos problemas do passado e ao que o Brasil precisa para traçar as linhas de um futuro virtuoso. Hoje possuímos instituições fortes, independentes e vigilantes. Criar um diploma legal que faça o País avançar dentro destes parâmetros é fundamental.

Portanto, a atividade do lobista não pode mais ser confundida com o tráfico de influência, tampouco manchada pela atividade de agentes, seja em escândalos como o Mensalão ou Petrolão, que não exercem qualquer atividade relacionada com a prática de lobby. Nossa atividade deve ser exercida sob a égide de fortes padrões éticos, com transparência e amparada por um diploma legal que forneça os parâmetros necessários para o exercício de um trabalho sério, algo que somente fortalece nossa jovem democracia. ■





ESTRATÉGIAS POLÍTICAS BASEADAS EM DADOS: UMA PROPOSTA PARA AUMENTO DA EFICÁCIA NAS NEGOCIAÇÕES

Ivan Ervolino¹
Danilo Oliveira²

Ivan Ervolino



Tomar decisões apoiadas em grande volume de dados ganha cada vez mais relevância em diversos setores, seja de organizações públicas, privadas, do terceiro setor ou mesmo instituições políticas. Na área de Relações Institucionais e Governamentais (RIG) a utilização de tecnologia permite que os profissionais economizem tempo e consigam estratégias mais eficazes junto aos tomadores de decisão.

Neste contexto, técnicas, soluções ou ferramentas computacionais capazes de processar e cruzar grandes quantidades de dados políticos, sociais e de mídia são necessárias para que as organizações, que atuam no mundo político, criem estratégias de influência e de defesa de interesse.

A organização dos dados legislativos permite insights que podem oferecer vantagem competitiva em um ambiente de recursos cada vez mais escassos. O mapeamento consiste em uma visualização em rede que indica quais são os grupos de deputados federais que se organizam

¹ Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Sócio Fundador da OpenLex Tecnologia.

² Mestrando em Ciência da Computação na Universidade de São Paulo (USP). Sócio Fundador da OpenLex Tecnologia.



Danilo Oliveira

nas votações no plenário e se eles estão sobre influência do governo ou da oposição dada uma matéria legislativa. Este é um dos exemplos do que a tecnologia aplicada à um grande volume de dados pode fazer.

RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS E O PROCESSO LEGISLATIVO

Uma estratégia eficaz de negociação é quando se consegue influenciar, democraticamente, na formulação de políticas. Para tanto, uma parte desta estratégia consiste em acompanhar o surgimento e monitorar a tramitação das proposições, além de saber quem, como atuam e quais são as redes dos parlamentares de uma determinada casa legislativa.

Porém, essa não é uma tarefa trivial, visto que anualmente, somente na Câmara Federal, na última década foram apresentadas em média mais de 11.100 proposições por ano sendo que atualmente mais de 40.000 estão em tramitação e com um número de 513 parlamentares.

Se considerarmos todo o poder legislativo nas esferas federais, estaduais e municipais, este número se torna muito maior. Além disso, é importante simular cenários com o objetivo de entender qual a propensão de uma matéria legislativa ser aprovada no plenário, pois pautado nesses dados é possível pensar, debater e construir estratégias mais eficazes.

O MAPA DO PLENÁRIO

O Mapa do Plenário é uma rede que representa como os deputados federais se comportam nas votações em Plenário e que foi construído baseado nos dados de votações desde Janeiro de 2015 até 15 de outubro de 2016, contabilizando 369 votações. Através de técnicas computacionais, uma rede foi construída de forma a identificar quais são os grupos que votam em conjunto, indicar quais são os parlamentares mais influentes e se os parlamentares estão sob influência do governo ou da oposição.

Um maior número de conexões de um parlamentar sugere que a posição desse parlamentar é uma referência dentro do grupo. O mapa ilustra os grandes grupos dos atores (representados por nós) que votam em conjunto no Plenário. Os nós maiores representam a posição dos partidos ou do governo (GOV) ou da oposição (MINORIA), enquanto os nós menores representam os parlamentares. As posições dos partidos são baseadas nas orientações encaminhadas pelos líderes, enquanto a posição do parlamentar é baseada em seu voto nominal. A cor vermelha indica que os parlamentares estão mais propensos a seguir orientações do PT (que em abril de >



Situação do plenário da Câmara Federal em abril de 2016.



Situação do plenário da Câmara Federal em outubro de 2016.

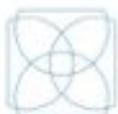
2016 era governo). A cor azul indica que os parlamentares estavam mais propensos a seguir as orientações da oposição (que em abril de 2016).

O Mapa do Plenário foi construído da seguinte forma. Utilizando um algoritmo, foi montada uma rede de parlamentares. A partir da rede desenhada, foi identificado e classificado manualmente e alternadamente a posição de 20 parlamentares que ocupam posições estratégicas no mapa, isto é, que são ponte entre grupos/partidos, os que se encontram sob posição central ou nas bordas da rede (este procedimento serve para delimitar melhor o experimento). A partir desta classificação manual dos 20 parlamentares expandimos automaticamente, através de um algoritmo de classificação, a posição para todos os parlamentares restantes da rede.

Analisando os cenários observamos que em abril de 2016, mesmo com o fato de alguns partidos possuírem Ministros, estes já se mostravam com poucas conexões com o governo do PT. Sendo que, apesar do partido ter orientações pró-governo (classificação em vermelho) a fidelidade de seus parlamentares não era muito alta. Evidencia-se que o PMDB também se distanciava dos partidos que compunham a base governista e seus parlamentares se aproximavam do comportamento de voto dos partidos da, então, oposição. Com relação a oposição (pontos em azul) existia um comportamento nas votações muito similar, ou seja, era um grupo coeso e continha um número cada vez maior de parlamentares. A coesão também existia entre alguns partidos da base governista, mas em menor número. Já em outubro de 2016 o reposicionamento das forças políticas mostra que o atual governo possui uma coesão considerável entre os partidos, isolando o PT, PCdoB, Rede e PSOL. Através da análise da rede mais recente, observa-se que o governo atual possui uma boa base para colocar em movimento os projetos de reforma política previstos.

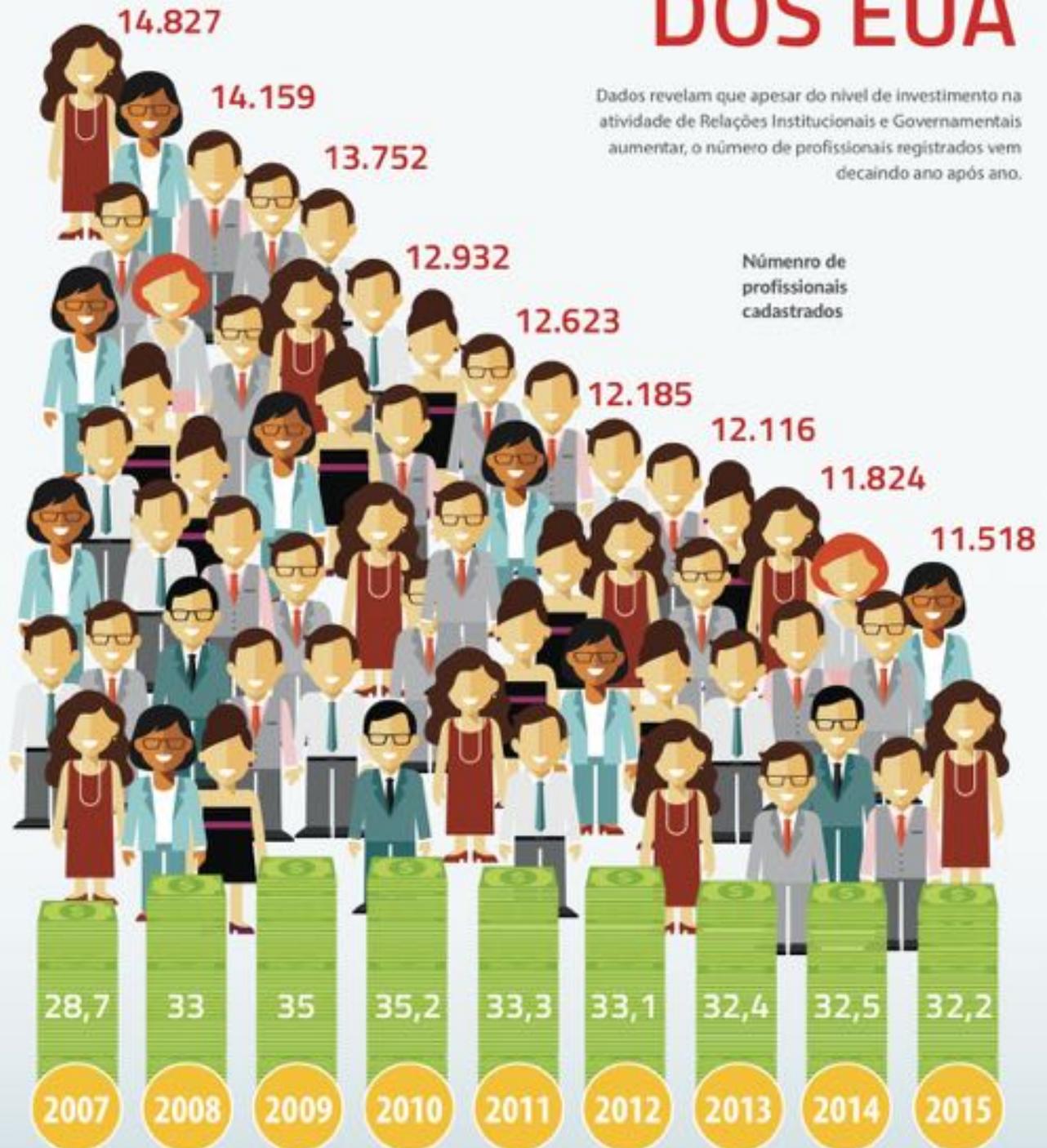
CONSIDERAÇÕES

Apresentamos um mapa do Plenário que se mostrou uma opção para a análise do contexto político. Diferentemente de outras abordagens amplamente divulgadas na mídia, o intuito deste mapa é se tornar uma ferramenta capaz de produzir insights baseados em dados, para que profissionais de RIG e suas organizações possam pensar a política de modo mais organizado, estratégico e eficaz, elevando o nível de atuação que, por consequência, aumentaria a qualidade dos resultados e impactos para a sociedade de modo geral. ✖



EFEITO DA REGULAMENTAÇÃO DOS EUA

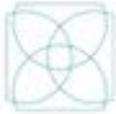
Dados revelam que apesar do nível de investimento na atividade de Relações Institucionais e Governamentais aumentar, o número de profissionais registrados vem decaindo ano após ano.



Investimento na categoria (em bilhões de US\$)

Fonte: US Senate

Revista Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais



RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS SÃO CAMINHO PARA COMPETITIVIDADE DAS EMPRESAS

De olho nos negócios, executivos devem encarar questões ligadas à sustentabilidade de forma mais "pragmática", afirma a especialista em defesa de interesse empresarial Monica Messenberg

O consumo responsável tem feito empresas de todo o mundo reposicionarem suas marcas e estratégias. Para além do produto ou serviço oferecido, o cliente quer ter a garantia de que critérios socioambientais foram adotados. Entendê-los e aliar-se a eles é fundamental para uma empresa perseverar nos dias de hoje, em que a sociedade exige, cada vez mais, atitudes que tenham impacto positivo na vida das pessoas e do planeta.

Os interesses empresariais não são antagônicos aos da sociedade, defende Monica Messenberg, diretora de Relações Institucionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Os melhores executivos devem estar atentos às demandas da sociedade e encará-las como chance de inovar e crescer.

"Na hora em que se enxerga que certas questões, alterações, diferenciações são necessárias, isso abre um mercado novo, e essa é a forma de você se posicionar e garantir que uma economia sustentável vem à frente", afirma Messenberg. A diretora está há cinco anos a cargo da equipe de mais de 30 pessoas dedicada a defender os interesses da indústria, tanto nas instâncias do Legislativo como do Executivo, "sempre de forma transversal, de modo a beneficiar o segmento como um todo, e não interesses isolados", como ela define.

Para a diretora, a defesa de interesses empresariais aliada a uma agenda socioambiental deve ser vista de forma mais prática pelos executivos. "A área de relações

governamentais vem defendendo o interesse das empresas no sentido de que algumas questões estratégicas possam ser colocadas de uma forma mais pragmática, onde boas ideias, ou algumas questões que hoje parecem ser um empecilho para o avanço da empresa, passem a ser alternativas de negócio. Na área de meio ambiente isso é muito notório", explica Messenberg.

EMPODERAMENTO FEMININO

Um bem-sucedido caso de estratégia de relações institucionais com componente social vem da Avon, pioneira em venda direta de produtos de beleza. O trabalho de Relações Governamentais da empresa foi muito além do escopo padrão da área e elaborou sua agenda com foco no que a Avon tem feito de melhor nos últimos 130 anos - empoderar a mulher.

Nos Estados Unidos, a Avon surgiu em 1886, 34 anos antes de as mulheres terem o direito de votar. Desde o princípio, elas são o grande ativo humano da empresa, revendedoras dedicadas, que tinham naquela atividade, finalmente, a chance de independência financeira. Hoje, a Avon está em 54 países, produzindo e comercializando produtos que atendem à necessidade do público feminino.

Mais do que clientes, as mulheres são parceiras do negócio. Não há brasileira que nunca tenha comprado um batom, perfume ou pó compacto da Avon vendido por outra mulher, que transporta o catálogo de produtos por

onde anda, a famosa "revistinha". São mais de 6 milhões de revendedoras em todo o mundo, sendo que o Brasil concentra 25% delas.

A atividade das consultoras permite a muitas dessas mulheres sustentar a família, seja como complemento de renda ou, em outros casos, como fonte exclusiva de receita. A Avon decidiu, então, dar mais visibilidade ao comprometimento com a causa feminina, que se confunde com sua própria história.

"A Avon nasceu com a proposta de fortalecer as mulheres e sempre deixou claro o seu compromisso. Em 2015, adotamos o posicionamento "Beleza que faz Sentido" para transmitir a todos os nossos públicos o compromisso corporativo com a equidade de gênero. É um posicionamento legítimo, e não apenas modismo. Nossa proposta é investir tempo, inteligência e dinheiro na concretização de ações que possam transformar uma realidade que necessita estimular a diversidade em todos os seus aspectos. Por isso, a atuação da área de Relações Governamentais é fundamental nesse contexto", explica Ana Costa, diretora-executiva Jurídica e de Relações Governamentais da Avon para América do Sul.

A Avon foi a primeira empresa do setor de cosméticos a ser certificada com o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça, emitido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres do Ministério da Justiça. Também é uma das empresas que integram o Comitê Nacional Impulsor do HeForShe, movimento de solidariedade global pela igualdade de gênero da ONU Mulheres Brasil.

"No caso da Avon, a empresa enxergou que aquilo que ela já faz há muito tempo, que é o empoderamento das suas representantes, pode ter - e deve ter - publicidade maior, para que toda a sociedade tome conhecimento. A mulher muitas vezes cria a sua autonomia, sua independência, com esse trabalho. Por que não mostrar que isso está acontecendo e que é fruto de uma ação em que a empresa está se empenhando. Valorizar isso de alguma forma vai gerar novas ações que possam ampliar esse tipo de resultado", afirma Monica Messenberg, da CNI.

A área de Relações Governamentais da incentivou a participação da companhia em >

diversos movimentos empresariais e organizações que discutem e propõem mudanças para garantir a equidade de gênero no ambiente de trabalho e na sociedade. É o caso da Aliança pelo Empoderamento da Mulher, grupo que reúne grandes empresas nacionais e multinacionais para promover um diálogo sobre as barreiras enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho e fomentar colaboração e ações para um maior acesso delas a cargos de liderança.

Outro grupo é a Rede de Mulheres Líderes pela Sustentabilidade, uma iniciativa que atrai e mobiliza lideranças femininas interessadas nas questões de sustentabilidade e que atuam em instituições públicas, empresas privadas, organizações governamentais, não governamentais e multilaterais. A ideia é estimular ações que promovam a equidade de gênero e a sustentabilidade. A companhia também faz parte do Movimento Mulher 360°, um movimento empresarial pelo desenvolvimento econômico da mulher.

Além dessas parcerias, a equipe de Relações Governamentais acompanha de perto o trabalho do Instituto Avon, reconhecido como uma das mais atuantes organizações ligadas a uma empresa com foco total em causas que beneficiam diretamente as mulheres.

ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

Avon e Instituto Avon trabalham aliados a órgãos públicos responsáveis por políticas para as mulheres. Dessa forma, buscam influenciar ações positivas para o enfrentamento à violência contra a mulher e a detecção e o tratamento precoce do câncer de mama, duas barreiras ao empoderamento feminino, explica Ana Costa. Entre os órgãos públicos nos quais mantém parcerias estão a Procuradoria da Mulher do Senado Federal, o Observatório da Violência contra a Mulher do Senado Federal, a Secretaria de Políticas para Mulheres do Ministério da Justiça, além de secretarias estaduais e municipais e coordenadorias voltadas a este foco.

Um bom exemplo dos resultados dessas iniciativas é uma parceria recente entre a Avon, o Instituto Avon e o Governo do Estado da Bahia. Juntos, firmaram um protocolo de intenções por meio do qual buscam somar esforços em ações para o empreendedorismo, a economia e a inclusão produtiva das mulheres no campo e na cidade; a promoção do empoderamento feminino, a prevenção e o enfrentamento às violências contra as mulheres, a construção de uma educação inclusiva e não sexista; o

fortalecimento das revendedoras autônomas da região, entre outras questões.

Como fruto dessa iniciativa, criaram a "Caravana Cravo e Rosas na Paz! Unidos pelo Fim da Violência contra a Mulher", que tem como objetivo sensibilizar a população em relação à temática do enfrentamento à violência contra as mulheres e fortalecer a rede especializada de atendimento local. Cerca de 30 municípios baianos serão beneficiados, inicialmente, com o projeto. Esta ação também conta com o apoio da ONU Mulheres e do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher.

"As empresas são grandes agentes de transformação cultural e social. Com esse papel, temos condição de abrir espaços não só para o diálogo, como também para a realização de ações concretas que promovam a conscientização da valorização de qualquer tipo de diferença, principalmente no ambiente produtivo. A área de Relações Governamentais, assim como toda as outras áreas da Avon, está empenhada em promover e estimular a igualdade de gênero e a diversidade. Hoje há um movimento saudável e sem volta de valorização da diversidade e de tolerância zero aos preconceitos raciais e de gênero e nós estamos participando de maneira positiva desse movimento, sobretudo, buscando fomentar, incentivar e promover políticas públicas voltadas a este fim", afirma Ana.

DEFESA DE INTERESSE LEGÍTIMA

Empresas do ramo da beleza têm grande importância no PIB brasileiro. O setor de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos faturou R\$ 42,5 bilhões em 2015, segundo a ABIHPEC, associação que representa o segmento.

Considerando indústria, lojas, revendedores e salões de beleza o setor, empregou quase 6 milhões de pessoas em 2015, no Brasil. Nada mais natural que empresas desse calibre tenham equipes bem posicionadas de relações institucionais.

"A defesa de interesse de setores econômicos específicos é legítima e tão justificável quanto de uma ONG ou outro grupo. Empresas querem criar um ambiente melhor para o desenvolvimento dos seus negócios. De antemão se coloca, ou pelo menos é essa a sensação que dá, que são interesses antagônicos - se algo é bom para o empresariado, seria ruim para o resto da sociedade como um todo, o que não é verdade, pelo contrário", defende Monica Messenberg.



TRANSPARÊNCIA

No Brasil, a palavra lobby assumiu uma conotação negativa, principalmente quando se trata da defesa de interesses empresariais. A diretora da CNI cita o exemplo dos Estados Unidos, que tomaram a liderança na busca de uma regulamentação clara e transparente para o lobby.

Nos últimos cem anos, a legislação dos Estados Unidos sobre o assunto teve quatro versões, aperfeiçoadas e adaptadas pela experiência e jurisprudência. Para tanto, vem-se discutindo como controlar grupos de interesse, dar transparência aos pleitos feitos ao governo e regular a ação dos profissionais que o fazem. No Brasil, o projeto de lei para regulamentação do lobby está em discussão na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara dos Deputados.

Para Paulo Mól, superintendente do IEL (Instituto Euvaldo Lodi), braço da CNI para educação executiva e inovação, o momento é de pensar em como estruturar a atividade, que ainda tem muito de informalidade em seus processos.

"Todas as empresas, de uma determinada forma, precisam defender os seus interesses. Em algum momento elas vão estabelecer contatos com o setor público para fazer a defesa, que é legítima e transparente. Agora, como isso é feito, é aí que está o grande desafio, afirma.

Há muito o que se aprender no ramo das relações institucionais. Como fazer a defesa de interesses de maneira estruturada? Quem procurar? Com quem se deve elaborar a linha de ação? Como articular stakeholders, como abordar um parlamentar, ministro ou secretário? Como essa defesa de interesses é feita da forma mais transparente?

Paulo conta que, certa vez, à procura de algumas dessas respostas, perguntou à Monica Messenberg como se estruturava a carreira de relações institucionais. "Ela me disse assim: aqui segue quase que um modelo socrático. As pessoas vão chegando, 'colam' nas mais experientes, e vão aprendendo. Assim, são poucos os profissionais muito qualificados nessa área e, conseqüentemente, muito visados por outras empresas. A CNI se tornou uma grande instituição de treinamento de pessoas para fazer a defesa de interesse."

Dai surgiu a ideia de juntar e organizar esse conhecimento e colocá-lo à disposição dos empresários, por meio do IEL. O instituto tem como objetivo principal fazer a interlocução entre as empresas e os centros de conhecimento, explica Paulo Mól. "Trabalhamos quase como embaixadores, defendendo a agenda de relações governamentais", define. >

RITOS E PROTOCOLOS

O IEL oferece cursos de relações governamentais e de Compliance, em que são organizados o passo a passo dos procedimentos que podem e devem ser realizados pelas empresas. Paulo Mól diz que já viu muitos executivos tarimbados de São Paulo atordoados no labirinto regimental que é Brasília.

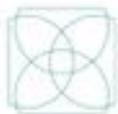
“Se vou operar com relações governamentais, tenho que estar preparado para entender a fundo como funciona o Estado, em seus Três Poderes, com ritos diferentes em cada um. Um bom profissional de relações governamentais sabe deixar claro seu ponto de vista, sem forçar a barra. O grande desafio é fazer com que a outra pessoa se coloque na sua situação para entender o seu problema”, ensina Mól.

Para ele, muitos executivos acabam tomando decisões equivocadas pelo desconhecimento e despreparo para trabalhar com relações governamentais. “Em Brasília, o protocolo é maior”, explica.

Uma empresa precisa de bons profissionais de relações governamentais, mesmo que vá contratar uma consultoria para essa finalidade, defende o especialista. “Se a empresa não tiver internamente alguém que entenda minimamente como funcionam as relações governamentais, será difícil elaborar bem as demandas. É importante ter alguém que entenda como as relações governamentais podem alavancar a estratégia da empresa.”

Bons profissionais da área são, no geral, excelentes técnicos, na maior parte das vezes engenheiros, advogados, economistas e administradores, que têm contato com a empresa há muito tempo, conhecem muito bem o negócio, define. Para o superintendente do IEL, o ambiente da profissão está cada vez mais qualificado.

“A forma de interlocução com o parlamentar ou outra pessoa do setor público vem mudando. É mudando para melhor, no sentido de que tem que ter mais transparência na regulamentação, na abordagem, na forma de agir, na forma de se estruturar. E isso precisa ser feito o tempo todo. Eu vejo o funcionalismo público cada vez mais preparado tecnicamente. Então, para convencer seu interlocutor, o profissional de relações institucionais tem que estar cada vez mais preparado”, afirma Mól.



TÉCNICA E MÉTODO

A gestão das empresas vem se tornando mais complexa e multidisciplinar. Dessa forma, quem deseja ter capacidade de competição no mercado precisa se capacitar e aprender a implementar as técnicas de gestão emergentes, defende Eduardo Fayet, gerente-executivo de Desenvolvimento Empresarial do IEL.

Mais do que dominar regimentos e protocolos, um profissional de relações governamentais precisa estar atento ao contexto em que está inserido e ter a capacidade de pensar ações adequadas para o momento.

“As empresas devem desenvolver a capacidade de ler e entender o contexto de mercado, social e político em que estão inseridas e, com isso, definir quais são as estratégias em relação ao seu negócio que poderão implementar nas relações governamentais”, afirma Fayet.

Para terem essa dimensão, é preciso de um cabedal de conhecimento e entendimento da máquina pública, afirma.

Segundo ele, a bandeira da transparência é extremamente importante, e o profissional de relações governamentais tem que fazer a defesa do seu ponto de vista de maneira ética, clara, com argumentos precisos, um expediente para o qual existe técnica, método e conhecimento estruturado.

O IEL, associado às universidades do Brasil e de outros países, está na dianteira da estruturação desse conhecimento. O instituto concluiu duas turmas de seu curso de Relações Governamentais em 2016 e ampliará a sua atuação em 2017. Ele é composto de dois grandes módulos: um que esmiúça o funcionamento do Estado e outro que ensina o passo a passo de como fazer a defesa de interesses de forma ética e transparente.

Estas ações de educação foram estruturadas a partir da experiência exitosa da CNI na defesa de interesses da indústria.

Para que as empresas possam ter acesso às técnicas e métodos de forma adequada, os programas de capacitação são elaborados com base em casos reais e exemplos, o que torna concreta a aplicabilidade dos ensinamentos nos diversos setores e situações empresariais. ■

A lata de alumínio é a voz da sustentabilidade



Uma das embalagens mais recicladas do mundo, a lata de alumínio é um símbolo da sustentabilidade. Foi um dos primeiros produtos a entender a exigência do mercado consumidor de participar dos esforços para alcançar uma economia de baixo carbono. A lata "fala" por si. E como fala! Por isso, a Abralatas, associação que representa os fabricantes de latas de alumínio para bebidas no Brasil, tem uma visão que vai muito além da defesa dos interesses dos seus associados e trabalha para estimular o desenvolvimento de políticas públicas que induzam à redução dos impactos ambientais da produção e do consumo de todos os bens e serviços.



www.abralatas.org.br

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ APOIA REGULAMENTAÇÃO DA ATIVIDADE

06/12/2016

A Abrig discutiu a importância da regulamentação da atividade com o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP), um dos maiores regimentalistas da Câmara e no seu 8º mandato parlamentar. Ele declarou ser favorável à formalização e ressaltou que o apoio desses profissionais ao trabalho parlamentar é essencial. O presidente da Abrig, Guilherme Costa, destacou que a experiência do deputado é importante para a discussão da regulamentação da atividade.



FESTA DE CONFRATERNIZAÇÃO DA ABRIG MARCA CONQUISTAS DE 2016

02/12/2016

A festa de confraternização da Abrig foi realizada no dia 2 de dezembro na residência dos irmãos Marcos e Mauro Borges. Dezenas de associados, entre eles, Ruy Coutinho e Paulo Castelo Branco, presidentes do Conselho Superior e de Ética; Antônio Marcos, o associado número 01 da Abrig, e o presidente da associação, Guilherme Costa, estavam entre os mais de 90 associados que se divertiram até às 3h da manhã.



ABRIG DEBATE CRISE POLÍTICA E ECONÔMICA NO "DIÁLOGOS CONGRESSO EM FOCO 2"

01/12/2016

Com participação intensa em debates sobre a situação política e econômica do País, assim como o combate à corrupção, a Abrig marcou presença no fórum "Diálogos 2", promovido pelo site Congresso Em Foco, na sede da OAB, em Brasília. Um dos palestrantes, Luciano Sousa, da Abrig, destacou a importância de iniciativas como essa que incentivam a participação da sociedade civil nas discussões de temas de interesse nacional. Representaram ainda a Abrig nos debates os associados Renato Roll e da Juliana Kirmse.



DEPUTADO MIRO TEIXEIRA DEBATE REGULAMENTAÇÃO DA ATIVIDADE COM A ABRIG

21/11/2016

Um encontro importante no dia 21 de novembro, em Brasília, entre o presidente da Abrig, Guilherme Cunha Costa, diretores da entidade e o deputado Miro Teixeira (REDE/RJ), político experiente que já foi Ministro das Comunicações e está em seu 11º mandato de deputado federal. Teixeira apoia a regulamentação da atividade de Relações Institucionais e Governamentais e defende uma legislação objetiva para garantir os benefícios da formalização.



VICE-PRESIDENTE DA ABRIG LANÇA O LIVRO FUNDAMENTOS DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS EM BRASÍLIA

10/11/2016

O vice-presidente da Abrig Eduardo Galvão lançou em Brasília o livro Fundamentos de Relações Governamentais. O evento, apoiado pela entidade, ocorreu no restaurante Carpe Diem e contou com a presença de vários associados, profissionais e acadêmicos.



ABRIG APÓIA SEMINÁRIO SOBRE REGULAMENTAÇÃO DA ATIVIDADE

10/11/2016

O seminário "Transparência e Regulamentação do Lobby no Brasil" atraiu dezenas de pessoas ao plenário Freitas Nobre na Câmara dos Deputados, entre elas, o presidente da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig), Guilherme Costa, o vice-presidente, Antônio Marcos Umbelino Lôbo, e o diretor Mauro Falsetti. O evento foi organizado pela deputada federal Cristiane Brasil (PTB/RJ), relatora do PL 1207/07.



RODRIGO MAIA SE REÚNE COM ABRIG

08/11/2016

Rodrigo Maia recebeu o presidente da Abrig, Guilherme Costa, demais diretores da entidade e a deputada Cristiane Brasil (PTB/RJ) na sala de reuniões da Presidência da Câmara dos Deputados. O Presidente da Câmara disse que vai reiterar a importância do projeto de lei junto aos líderes partidários.



ABRIG REALIZA SUA TERCEIRA ASSEMBLEIA GERAL DO ANO

07/11/2016

Realizada em novembro, a Assembleia Geral Extraordinária da Abrig reuniu seus associados para deliberarem sobre o valor das novas contribuições associativas de 2017, decidir sobre assuntos administrativos e deliberar o apoio à a regulamentação da atividade de Relações Governamentais, que foi aprovado por unanimidade.

Ao final da Assembleia, a Abrig contou com a participação do Cientista Político Carlos Melo, que fez uma breve explanação do cenário político e econômico do país.



ABRIG PARTICIPA DE MESA-REDONDA SOBRE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E GOVERNAMENTAIS

13/10/2016

Abrig participou do 5º Congresso Internacional Marista de Educação, na mesa-redonda "Relações e Representações Institucionais: novos olhares e a importância para as organizações e para a sociedade." A Abrig, representada por Bernhard J. Smid, abordou como tema principal o perfil do profissional de Relações Institucionais e Governamentais, o que é o lobby, e a regulamentação da profissão no Brasil e no exterior.



ABRIG PROMOVE ALMOÇO COM DEPUTADO ROGÉRIO ROSSO

29/09/2016

Na esteira das recentes iniciativas para regulamentação da atividade de Relações Governamentais, e com o intuito de aprofundar os debates sobre o tema, a Abrig promoveu mais um encontro com autoridade. O deputado Rogério Rosso (PSD/DF) foi o escolhido devido a sua experiência prévia em Relações Institucionais e Governamentais e por ser autor do PL 1961/15 que regulamenta a atividade. O deputado Rosso enfatizou a importância da atividade de Relações Governamentais e se mostrou favorável à sua regulamentação.



ABRIG REALIZA MESA DE DEBATES SOBRE REFORMA POLÍTICA

20/09/2016

A Abrig realizou a terceira edição do evento Mesa de Debates com a temática da "Reforma Política e Eleitoral no País". O evento, exclusivo para associados Abrig, teve como convidado o diretor regional de Minas Gerais da Abrig, o professor e cientista político da UFMG Dr. Manoel Santos, que apresentou no encontro teorias e pesquisas sobre o tema.



ABRIG PARTICIPA DO IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL ESTUDOS LEGISLATIVOS

20/09/2016

A Abrig participou no dia 20/09 do "IV Seminário Internacional Estudos Legislativos: Crise, discursos políticos e projetos de mudança social", que faz parte da VII Jornada de Pesquisa e Extensão da Câmara dos Deputados e teve como objetivo principal a socialização e visibilidade do conhecimento produzido nos Grupos de Pesquisa e Extensão e nos Cursos de Pós-Graduação promovidos pelo Cefor – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados.



VICE-PRESIDENTE DA ABRIG MINISTRA PALESTRA NA AMCHAM BRASÍLIA

28/08/2016

O vice-presidente da Abrig, Eduardo Galvão, ministrou palestra na Amcham Brasília (American Chamber of Commerce for Brazil) sobre Mercado, Democracia, e Relações Governamentais. Eduardo Galvão destacou em sua apresentação a importância que a atividade de Relações Governamentais tem para o desenvolvimento da democracia no país.



ABRIG REALIZA NOVA EDIÇÃO DO EVENTO CAFÉ COM AUTORIDADE

16/08/2016

A Abrig realizou a segunda edição do evento Café com Autoridade, em Brasília, para celebrar os 9 anos da instituição. Durante o evento, os convidados Ronaldo Nogueira, Ministro do Trabalho, e Rodrigo Rocha Loures, Coordenador de Relações Institucionais da Presidência da República, apresentaram as perspectivas do governo para o setor, além de fomentar o diálogo e as propostas para regulamentação da atividade. O Ministro do Trabalho se comprometeu a estudar a inclusão da ocupação na CBO.



LANÇAMENTO DA REVISTA BRASILEIRA DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS E DO NOVO SITE ABRIG

16/08/2016

No evento Café com Autoridade em Brasília, a Abrig lançou a nova versão de seu site institucional e a edição número 1 da primeira revista do mundo dedicada a Relações Institucionais e Governamentais.



ABRIG REALIZA POSSE DE MEMBROS DOS CONSELHOS

15/08/2016

A Abrig realizou a cerimônia de posse de membros do Conselho Superior, de Ética e de diretores regionais da instituição. Tomaram posse no Conselho Superior: Cícero Araújo, Daniel Slaviero, Jack Corrêa, Murillo de Aragão, Paulo Tonet, Roberto Nogueira e Ruy Coutinho. No Conselho de Ética, Paulo Castelo Branco e Stella Cruz. Ruy Coutinho, que assumiu a presidência do Conselho Superior, foi Presidente do CADE e Secretário de Direito Econômico Ministério da Justiça. Já Paulo Castelo Branco, que assumiu a presidência do Conselho de Ética, foi Conselheiro Seccional e Federal da OAB e Secretário de Segurança Pública do DF.



RELIGOV



www.relgovbrasil.com.br
(61) 3327-0731
contato@abrig.org.br

SHN Qd 01, Bloco A - Edifício Le Quartier
Sala 1223 - Brasília/DF
Cep 70701-000